



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 126

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 08 DE OUTUBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democratas		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PR	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Democratas	Plauto Miró
PT	Elton Welter
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
PTB	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN	Dr. Batista
Bloco PSB/PR/PRB/PV	Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 126

113ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva..... 02

Presenças..... 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Indicações 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 06

Grande Expediente:

Dep. Professor Luizão 09

Dep. Luiz Malucelli 11

Dep. Luiz Eduardo Cheida 12

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão 10

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 13

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano 14

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 19

Discussão/Votação

1ª Discussão (Votação em)..... 19

Redação Final 24

2ª Discussão 24

1ª Discussão 25

Requerimentos 28

Encerramento da Sessão 29

Publicações:

Comissão Executiva

Atos..... 29

Atas de Comissões

Redação 34

DIÁRIO Nº 126

113ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 113ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

08 DE OUTUBRO DE 2007

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Carlos Simões, Durval Amaral, Miltinho Pupio e Plauto Miró (05).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Edgar Bueno, Pedro Ivo e Teruo Kato (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 328/07, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil, restituindo a esta Casa o Projeto de Lei nº 317/07. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 334/07, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa os Projetos de Lei nºs 289, 345, 373, 457, 480, 483, 484, 486, 496, 497, 498, 505, 509, 529, 530, 531, 534 e 550/07. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 335/07, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa o Projeto de Lei nº 368/07. **Ao Conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 314/07

SÚMULA:

Sugere a construção de uma Ala Especializada em Queimaduras, no Hospital Universitário de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador:

O Deputado Dr. Batista dirige-se à V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma Ala Especializada em Queimaduras, no Hospital Universitário de Maringá.

II - a apresentação da presente indicação, vem ao encontro de antiga reivindicação da comunidade de Maringá e região para que seja construído, no Hospital Universitário de Maringá, um centro de excelência especializado em queimaduras.

Sala das Sessões, em 08.10.07.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 315/07

SÚMULA:

Fica o Poder Executivo autorizado a conceder reposição salarial aos professores e funcionários da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná na forma que menciona.

Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, para que envie mensagem a esta Casa Legislativa, autorizando o Governo do Estado do Paraná a conceder reposição salarial aos professores e funcionários da Secretaria Estadual de Educação com base no orçamento desta secretaria que passou de 25% para 30%.

Sala das Sessões, em 08.10.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Tal indicação se faz em razão da defasagem salarial dos professores e demais funcionários da Secretaria Estadual de Educação.

Estamos propondo ao Governo do Estado que o aumento de 5%, acrescidos no orçamento da Educação, que passará de 25% para 30%, conforme emenda constitucional feita pelo governador, seja usado em parte para reposição salarial dos professores e demais funcionários dessa secretaria.

INDICAÇÃO Nº 316/07

SÚMULA:

Sugere ao DETO a doação de veículo para APAE de Marialva.

Ao Sr. Chefe do DETO:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, INDICA à Mesa seja oficiado ao Chefe do DETO - Departamento de Transportes do Estado, Sr. Auro Josephat Dalmolin, solicitando a doação de veículo para a APAE do município de Marialva.

Sala das Sessões, em 08.10.07.

(a) CIDA BORGHETTI

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2963

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno regime de urgência ao Projeto de Lei nº 707/07 - oriundo da Mensagem nº 045/07, que visa autorizar o Poder Executivo a criar o Fundo Rotativo do Departamento Estadual de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR, em benefício de suas Unidades Circunscrições Regionais de Trânsito e Postos de Trânsito mantidos diretamente

pelo DETRAN/PR, administrado no âmbito de cada unidade por um servidor designado pela Diretoria Geral da autarquia, fiscalizado pela Coordenadoria Financeira da autarquia e regido pela presente lei, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 08.10.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2964

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno regime de urgência ao Projeto de Lei nº 708/07 - oriundo da Mensagem nº 046/07, que visa autorizar um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 15339, de 22 de dezembro de 2006, no valor de R\$ 6.534.418,00 (seis milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e dezoito reais), conforme especifica.

Sala das Sessões, em 08.10.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2967

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 655/07 de minha autoria.

Sala das Sessões, em 08.10.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 2972

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e depois de ouvido o douto Plenário, REQUER autorização da Assembléia Legislativa do Paraná para ausentar-se do país com destino aos Estados Unidos da América, no período de 11 à 23 de outubro do corrente ano, para tratar de assuntos particulares, sem ônus para o Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 08.10.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 2989

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja reservado o salão nobre desta Assembléia Legislativa, no dia 15 de outubro de 2007, às 14 horas, para o lançamento da Coletânea de Leis Estaduais, publicação desta Casa de Leis destinada a facilitar a consulta da legislação vigente no estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.10.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2977

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER ao Sr. Secretário de Segurança Pública e ao Comandante da Polícia Militar, a instalação de posto policial no Balneário Caiobá, tendo em vista as condições precárias no atendimento a este setor.

Sala das Sessões, em 08.10.07.

(a) LUIZ MALUCELLI

JUSTIFICATIVA:

Em razão de que o referido balneário, está no atual momento sendo atendido por apenas uma viatura da Guarda Municipal, em decorrência da transferência do comando para Guaratuba, o policiamento ficou deficitário. Por mais empenho que haja da Guarda Municipal, não existe condições para que aconteça um atendimento eficaz, justo e necessário para a segurança e tranquilidade desta comunidade. Por esta razão é que apresento esta proposição.

REQUERIMENTO Nº 2968

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações à Direção e aos Funcionários do CESCAGE - Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais, pelos seus 08 (oito) anos de fundação.

Requer ainda, que se dê aos mesmos através de correspondência a ser enviada a sua Diretora Dra. Júlia Streski Fagundes Cunha, Av. Carlos Cavalcanti, 8000, Uvaranas, CEP: 84030-000 - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 08.10.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2791

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao médico pesquisador de reprodução humana, Dr. Carlos Gilberto Almodin, em razão do sucesso obtido na realização de parto em dois tempos, conseguindo intervalo de cinco semanas através de acompanhamento médico, para que o bebê alcançasse maior desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 08.10.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2987

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que assina o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER a esta Casa Parlamentar, após decisão do Plenário, para que sejam consignadas nos Anais da Sessão de hoje, as efusivas congratulações deste Legislativo à

direção e funcionários do Jornal O Presente, de Marechal Cândido Rondon pelo transcurso do 16º aniversário de existência, cuja data comemorativa ocorreu no último dia 04 de outubro.

Do aprovado, também requer o Parlamentar requerente, que seja dada ciência, com a expressão dos votos de larga prosperidade e contínuo sucesso ao jornal homenageado, nas pessoas de seus ilustres Diretores, Srs. Arno Kunzler e Paulo Rodrigo Copetti, a R. Sete de Setembro, 1233 - CEP: 85960-000 - Marechal Cândido Rondon - estado do Paraná.

Pede-se também a expedição dos respectivos certificados à homenagem prestada.

Sala das Sessões, em 08.10.07.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Com a presente proposição, somamo-nos às homenagens que são formuladas ao notável veículo de comunicação escrita do oeste do Paraná, felicitando sua direção e quadro funcional pela significativa data em comemoração.

O jornal O Presente chega aos 16 anos solidificado como importante veículo de comunicação no oeste do Paraná. Do frágil alicerce de jornal simples, local, com uma edição semanal, se fez, ao longo dos anos, em uma influente e respeitável publicação diária.

Deter-se na história desse jornal, é encontrar ao decurso do tempo, em suas páginas, as saliências dos impulsos dados ao fomento do desenvolvimento e ao bem-estar coletivo da região. É encontrar as marcas da valorização das boas virtudes e da imposição do respeito aos valores éticos e morais. Aliás, atributos, sem outro modo, tão fundamentais quando se quer um progresso seguro, respeitoso e democrático e uma sociedade pacífica.

Pugnando pelo respeito à verdade e com um compromisso indelével com os valores familiares, sociais e cívicos, o jornal O Presente vai se firmando e confirmando como relevante e sério veículo de informação nessa linha de comportamento. Cabem-lhe, pois, bem as palavras de um grande intelectual: Sem credibilidade, sem a obstinação ao que é verdadeiro, não há comunicação e, sem ela, desaparece a atualidade e a impressão da verdade.

Um jornal é, inquestionavelmente, célebre e grande na expansão do seu conteúdo e de sua linha editorial; mas é a confiança do leitor e das instituições que lhe asseguram o fausto da respeitabilidade, e de via, a certeza do futuro.

O jornal O Presente, hoje, faz parte do tempo, do espelho e da miragem da pujante região do oeste do Paraná. É, oxalá, possam essas perspectivas tornarem-se cada vez mais fulgurantes a cada novo tempo.

REQUERIMENTO Nº 2988

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações ao Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. Jorge Azor Pinto, Delegado Geral do Departamento da Polícia Civil; Sr. Valter Baruffi Júnior, Delegado Divisional da Divisão Policial da Capital e ao Sr. Alex Olguerd Danielewicz, Delegado Chefe do Centro de Atendimento ao Cidadão e Primeiro Distrito Policial da Capital e Serviço de Atendimento ao Turista, pela iniciativa da impressão do Manual de “Dicas Para Você Mais Seguro em Casa e na Rua”.

O Manual em questão contém uma série de informações úteis para a comunidade tais como: telefones e endereços úteis, cuidados em casa, cuidados na rua, cuidados com o veículos, dicas de trânsito, enfim, uma série de recomendações para que o cidadão seja beneficiado.

Sala das Sessões, em 08.10.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2983

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Vice-Presidente do Grupo Brascan do Brasil, Renato Cavallini.

Sala das Sessões, em 08.10.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Vice-Presidente do Grupo Brascan do Brasil, Renato Cavallini, em reconhecimento a sua gestão em um dos maiores grupos empresariais do nosso país.

Destacamos em especial suas ações voltadas para as políticas sócio-ambientais desenvolvidas em diversos estados, junto com organizações não governamentais aliadas na preservação e conservação do meio ambiente.

REQUERIMENTO Nº 2969

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de apoio ao Dr. Gilberto Martins, Superintendente da Secretaria Estadual de Saúde, pelas denúncias e críticas que vem recebendo por estar cedido pela Prefeitura Municipal de Cambé à Secretaria de Estado da Saúde. Salientamos que em nenhum momento a competência e importância do trabalho do Dr. Martin para o estado do Paraná foram questionados.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser enviada a R. Piquiri, 170 - Rebouças, CEP: 80230-140 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 08.10.07.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 718/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública ao Comando Anderson de Defesa do Cidadão - COMANDER, com sede e foro na cidade de Apucarana - estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.10.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

O COMANDER - Comando Anderson de Defesa do Cidadão, está no oitavo ano de funcionamento atendendo Projeto "Formando para a Vida - Escolinha de Futsal". O objetivo maior do projeto é, através do esporte, desenvolver as potencialidades de cada participante, em seus diversos aspectos, atingindo-o em sua atualidade e tornando-o capaz de fazer escolhas positivas para si mesmo e também para sua comunidade, tanto no presente quanto no futuro. Por isso, o trabalho esportivo incorpora dinâmicas variadas, acontece além dos limites da quadra e envolve profissionais de outras áreas que, no decorrer do trabalho, vão priorizando valores indispensáveis à formação do cidadão: disciplina, respeito, companheirismo, competitividade, trabalho em equipe, efetividade, esperança, perseverança e outros mais.

Tendo em vista a sua nobre missão, pedimos aos pares desta Casa o apoio e o voto favorável para que a COMANDER possa ser reconhecida de utilidade pública estadual

PROJETO DE LEI Nº 719/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Fundação Procopense de Cultura, Ensino e Pesquisa - FUNCEP com sede e foro no município de Cornélio Procopio.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.10.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Procopense de Cultura, Ensino e Pesquisa - FUNCEP, é entidade civil, sem fins lucrativos, que

tem por objetivo promover assistência ao menor carente, ajudando a integração social da família; a promoção, na medida de suas possibilidades, da educação gratuita de informática promovendo a inclusão digital dos alunos da rede pública daquela comunidade.

Constituída em 30 de novembro de 2004, portanto há mais de 02 anos, já recebeu o reconhecimento público do município.

Para que a Fundação Procopense de Cultura, Ensino e Pesquisa - FUNCEP possa se fortalecer e alcançar os objetivos estabelecidos em seu estatuto é necessário, também, que esta Assembléia Legislativa institua a ela a utilidade pública estadual.

Assim, pedimos o apoio e o voto favorável de todos os Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 720/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Todas as indústrias, lojas, agências bancárias e demais estabelecimentos comerciais de qualquer natureza, que se instalarem no estado do Paraná, serão obrigados a fornecerem refeição para seus funcionários e funcionárias que cumprirem jornada de trabalho igual ou superior a 6 horas diárias;

Art. 2º Nos novos estabelecimentos onde não for viável ou conveniente a implantação de restaurante, o empregador ou seu representante legal fica obrigado a fornecer vale-refeição que permita a seus empregados receberem alimentação fora do local de trabalho;

Art. 3º O disposto no artigo 1º deste projeto se aplica, também, na abertura de filiais de empresas já estabelecidas;

Art. 4º Durante o turno de trabalho, os novos empregadores ficam obrigados a fornecerem, também, lanche para todos os seus empregados e empregadas. Esse lanche deverá ser composto, no mínimo, por café, leite e pão;

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.10.07.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa adequar o mercado de trabalho paranaense à visão moderna de grandes empresários do país e do mundo. Sabem os bons empresários que o funcionário bem alimentado tem mais saúde e rende muito mais no trabalho. Ou seja, instituindo-se a obrigatoriedade do fornecimento de refeição e lanche, no final os próprios

empresários acabarão sendo os maiores beneficiados, pois haverá bem mais produção durante cada jornada de trabalho. Pode haver uma natural indagação: porque o presente projeto não se estende também aos empresários já estabelecidos no Paraná? O ideal seria a obrigatoriedade para todos. Legalmente isso não é possível. Ensejaria inúmeras ações judiciais que poderiam atrapalhar a aplicação da nova lei. Mas se espera que num futuro, não muito distante, todos os empregadores, já estabelecidos, se conscientizem da importância de fornecerem alimentação e lanche para seus funcionários e funcionárias.

PROJETO DE LEI Nº 421/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa Paraná Limpo, que será desenvolvido em todo o território do Estado do Paraná.

Art. 2º São objetivos do programa instituído por esta lei:

I - Estimular a conscientização da população do estado do Paraná visando a manutenção da limpeza das vias públicas urbanas, as rodovias, os rios, riachos, córregos, lagos, represas, os parques e as praças públicas;

II - Contribuir para a limpeza e a conservação do meio ambiente e a despoluição do nosso estado criando uma nova cultura em favor do planeta;

III - Criar o Dia do Paraná Limpo, quando todo cidadão voluntário se disporá a dar um dia do seu trabalho na limpeza das margens das rodovias, dos rios, lagos, parque e praças públicas, conforme prevê o inciso I, como contribuição para despoluir o Paraná;

Art. 3º Compete ao Poder Executivo na administração e na gerência do Programa Paraná Limpo:

I - Desenvolver campanha publicitária com a finalidade de conscientizar e mobilizar todas as camadas da população;

II - Incentivar a criação de uma nova cultura entre a população do Paraná, criando projetos nas Secretarias de Estado que tenha relação com o objeto do Programa Paraná Limpo, criando por esta lei;

III - Estabelecer, por meio das instituições financeiras do estado do Paraná que atuam no setor, linhas de créditos especiais, destinadas ao investimento, ao custeio e à divulgação do programa previsto nesta lei.

Art. 4º Fica estipulada multa - que será prevista na regulamentação da lei - para o cidadão que for apanhado jogando qualquer tipo de detrito nas ruas rodovias, parques, praças ou outro local público previsto nesta lei.

Parágrafo Único - Fica constituída a autoridade policial municipal, estadual ou federal para exercer a devida fiscalização prevista no *caput* deste artigo.

Art. 5º O Governo do Estado regulamentará esta lei no prazo de noventa dias, a contar da data da sua publicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.10.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

O projeto de exame visa implantar um programa de conscientização, limpeza e conservação da limpeza nas vias urbanas, rodovias, rios, riachos, córregos, lagos, parques, praças públicas, junto à população do estado do Paraná, promovendo um Paraná Limpo.

Objetiva levar a população paranaense a pensar globalmente e agir em todo o território do estado do Paraná, com o objetivo de manter limpos os nossos mananciais, rios, rodovias, ruas e praças públicas, colaborando com a despoluição do planeta, fazendo a nossa parte. Quando falamos em despoluição, lembramos que antes de 1880, existia cerca de 280 partes por milhão de CO₂ a atmosfera, o equivalente a 586 gigatoneladas de CO₂. Hoje, já são 380 partes por milhão, algo em torno de 790 gigatoneladas. Quem foi o responsável por isso? Nós, eu e você. Todos nós somos culpados.

O resultado todos nós já sabemos, as variações climáticas, o degelo da calota polar, o aquecimento global - a poluição.

Por isso, cabe agora a cada um fazer a sua parte para tentar reverter esse quadro. Ou, no mínimo, assumir a sua parte na guerra a favor do planeta.

A proposta contida no presente projeto, é uma contribuição efetiva para o planeta, com o nosso estado do Paraná saindo na frente.

Objetiva despoluir mentes, oferecer às pessoas uma cultura ecologicamente correta, e demonstrar responsabilidade com o meio ambiente.

Indústrias, empresas comerciais, escolas de primeiro e segundo graus, universidades, clubes, igrejas, governos municipais, estaduais e federais do mundo inteiro, estão juntando forças no sentido de conscientizar e mobilizar a população para criar uma nova cultura em favor da despoluição do meio ambiente.

Este projeto visa dar a sua colaboração e auxiliar o Governo a criar um programa que possa mobilizar toda a população do Paraná, em busca de uma nova consciência, com o objetivo de reverter o quadro caótico do globo terrestre de hoje.

Criar consciência da responsabilidade pelo meio ambiente deverá ser o grande diferencial que envolverá a população global.

Por isso, este parlamentar, busca o apoio dos demais pares, para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 722/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Cultural El Shaday, com sede e foro no município de Medianeira.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.10.07.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Cultural El Shaday, com sede e foro no município de Medianeira, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade instituir e desenvolver programas de proteção a família, à maternidade, à infância, aos adolescentes, aos portadores de deficiências, a velhice, ao toxicômanos, através de promoção de ventos sócio-culturais e educativos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 723/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro de Estudos, Pesquisa e Atenção a Drogas e AIDS - CEPADA, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.10.07.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Estudos, Pesquisa e Atenção a Drogas e AIDS - CEPADA, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade instituir promover o estudo, a pesquisa e atenção aos usuários de drogas e portadores de HIV/AIDS, promovendo palestras, treinamentos, seminários, simpósios, conferências e desenvolver campanhas de prevenção, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnico e científicos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 724/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Obra Social Nossa Sra. da Glória - Fazenda da Esperança, com sede e foro no município de Guaratinguetá, estado de São Paulo e representação no município de Mandirituba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.10.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Obra Social Nossa Sra. da Glória - Fazenda da Esperança, com sede e foro no município de Guaratinguetá, estado de São Paulo e representação no município de Mandirituba, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade principal dar atendimento ao marginalizado da nossa sociedade, buscando ser uma resposta aos problemas sociais e contribuindo para a sua recuperação.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 725/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído no estado do Paraná o Dia Estadual da Polícia Federal, como sendo a data de 08 de março.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.10.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei é instituído como data comemorativa da categoria dos policiais e servidores da Polícia Federal e esta data corresponde ao dia em que a Polícia Federal se instalou no Paraná, no ano de 1973.

A Polícia Federal tem atuado de forma exemplar e merece ser reconhecida como uma instituição dos brasileiros, por isso a homenagem do estado do Paraná é oportuna e merece aprovação, instituindo-se um dia especial para comemorarmos a existência dessa valorosa instituição.

PROJETO DE LEI Nº 726/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o monitoramento e divulgação dos dados da qualidade do ar da região metropolitana de Curitiba em tempo real.

§ 1º A instituição responsável pelo gerenciamento do sistema da qualidade do ar do estado do Paraná, deverá disponibilizar a cada hora a concentração de gases e particulados medidos pelas estações automáticas de monitoramento para os poluentes amostrados, O3, SO2, NO2, CO, PTS, PI E Fumaça.

§ 2º Os dados devem ser disponibilizados ordenados por estação de amostragem e por poluente.

§ 3º Para as estações manuais, os valores de concentração de poluentes amostrados devem ser disponibilizados através de médias diárias, no mesmo relatório.

Art. 2º Os dados da qualidade do ar do RMC devem estar acessíveis através de um site da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Paraná.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.10.07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de lei tem o objetivo de tornar acessível e útil à população os índices da qualidade do ar da região metropolitana de Curitiba, especialmente em termos de prevenção da saúde pública.

Segundo o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, o monitoramento da qualidade do ar iniciou-se na região metropolitana de Curitiba na década de 80, com a operação de quatro estações de amostragem do ar, fixas e manuais, localizadas uma em Curitiba e três em Araucária. Estas estações analisavam três dos sete parâmetros previstos em lei (Resolução CONAMA 03/90): Dióxido de enxofre (SO₂), Partículas Totais em Suspensão (PTS) e Fumaça.

Atualmente são treze estações de amostragem do ar, das quais oito são automáticas. Quatro delas estão localizadas em Curitiba (Cidade Industrial, Santa Cândida, Boqueirão e Praça Ouvidor Pardinho - Convênio de Cooperação Técnica IAP/LACTEC), analisando de 30 em 30 segundos O₃, SO₂, NO, NO₂, CO, PTS e PI. Em Araucária estão localizadas quatro estações automáticas que analisam O₃ (ozônio) SO₂ (dióxido de enxofre), NO (nitrogênio), NO₂ (dióxido de nitrogênio), CO (monóxido de carbono), PTS (partículas totais em suspensão) e PI (partículas inaláveis).

Estas oito estações automáticas somam-se às quatro estações manuais de Araucária e Curitiba, as quais fornecem médias diárias para SO₂, PI e PTS em uma delas.

As estações automáticas e as manuais constituem uma rede de monitoramento que possibilita a real avaliação das condições da qualidade do ar de Curitiba e região metropolitana. Os resultados do monitoramento são publicados anualmente em Relatórios de Qualidade do Ar como nos anos de 2000 / 2001 / 2002 / 2003 / 2004 / 2005 e 2006.

Entendo que o prazo de 30 dias para publicação dos dados não permite medidas para prevenção de deterioração significativa da qualidade do ar, Lei 13806/02, o artigo 31 estabelece condições viáveis à elaboração do programa de emergência para episódios críticos de poluição atmosférica, artigos 32 a 37.

A divulgação dos dados do Índice de Qualidade do Ar em tempo real, permite que a população possa se prevenir dos efeitos nocivos ocasionados pela poluição do ar. Principalmente as doenças respiratórias advindas da poluição atmosférica.

A divulgação dos dados monitorados pelas estações automáticas deve ser feita de hora em hora via internet, por poluente e por estação, além da emissão de divulgação diária do Boletim de Qualidade do Ar, o sistema deve permitir a previsão em 24 horas da qualidade do ar da região metropolitana de Curitiba.

Certos da importância desta proposta de projeto de lei para a qualidade de vida da população da região metropolitana de Curitiba, este gabinete vem pedir o vosso apoio a esta iniciativa.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente. No Grande Expediente, concedemos a palavra ao Professor Luizão.

Deputado Professor Luizão (PT)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero registrar aqui a presença do Vereador Zezinho, do município de Pinhais, do PMDB, e a direção do partido, o Zé Francisco e o Leandro. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Sr. Presidente, quero fazer aqui um pronunciamento destacando uma matéria que saiu na Gazeta do Povo de hoje, sobre o orçamento da Prefeitura de Curitiba para o próximo ano, sobre a previsão da LDO para o próximo ano, a LDO e o orçamento. E os investimentos previstos aqui têm um destaque para os investimentos na região metropolitana.

Lembro que por ocasião da última campanha eleitoral, um dos assuntos que predominou na campanha foi a integração com os municípios da região metropolitana. E na prática temos percebido que essa integração não acontece. Foi criada inclusive uma Secretaria para assuntos metropolitanos, mas pelo orçamento que foi enviado à Câmara Municipal, pudemos perceber que do previsto de cada ano só vem diminuindo o valor destinado à pasta para assuntos de integração com a região metropolitana. Em 2006 o orçamento previsto era de 4,6 milhões para ações de integração com os municípios da região metropolitana; no ano passado foi um valor de 15% a menos; e para o próximo ano está previsto 46% a menos.

Então, estamos percebendo que não existe a preocupação dessa integração. Essa integração é só no discurso, é uma integração que acontece só em período de campanha eleitoral. Um exemplo claro disso que foi o projeto do eixo metropolitano anunciado aí para todo os

cantos, que inclusive tinha esse nome: “Eixo Metropolitano”. Uma maior parte dos recursos é do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em torno de 121 milhões. E Assembléia Legislativa, ao invés de seguir uma idéia inicial que era para integrar os municípios da região metropolitana, que era transformar a antiga BR-116 num eixo de integração realmente, o que aconteceu? O projeto foi diminuído em extensão e feita a pavimentação, as ruas, as modificações para dentro de Curitiba. Então, diminuiu-se na extensão e os recursos, ao invés de beneficiar um trecho maior que poderia melhorar o fluxo com os municípios da região metropolitana, esses recursos estão destinados para embelezar a nossa capital.

Claro que é necessário, mas se formos ver no total, se for ver no conjunto dos municípios, o que é mais interessante? Você poderia minimizar esses gastos aqui em Curitiba, que é uma cidade que já tem um orçamento privilegiado, e destinar uma parte desses recursos, como estava previsto anteriormente, para auxiliar em projetos estruturais, que fosse mesmo na antiga BR-116, mas que pudesse seguir uma extensão maior, até o Atuba, o que beneficiaria Pinhais e Colombo, ou até mais adiante, podendo beneficiar Campina Grande do Sul e Quatro Barras; e aqui na outra extensão, poderia chegar até a Fazenda Rio Grande.

Temos um problema sério, inclusive, e que recentemente o Deputado Geraldo Cartário citou o problema da ponte na divisa de Curitiba com a Fazenda Rio Grande e esses poderiam ser utilizados de alguma forma para melhorar aquele acesso dos municípios de Fazenda Rio Grande, Quitandinha e Mandirituba até Curitiba. Mas vemos o quê?

O Eixo Metropolitano se transformar em Linha Verde. Aquilo que era para atender, para beneficiar também alguns outros municípios, está beneficiando agora somente Curitiba. E claro, na Linha Verde você não vê nada que beneficie os municípios da região metropolitana.

Então, temos que aguardar, assim como o próprio Deputado Geraldo Cartário falou, que o Presidente Lula faça alguma coisa para poder melhorar o acesso da região de Fazenda Rio Grande com Curitiba, porque poderíamos ter isso se houvesse uma preocupação.

Passa a usar o horário da Liderança do PT.

Então, se houvesse a preocupação, realmente, de Curitiba com essa integração, já que existe inclusive uma Secretaria para Assuntos Metropolitanos, poderíamos estar pensando nessa integração, poderíamos estar pensando em projetos estruturantes e inclusive buscando recursos no Ministério das Cidades para projetos estruturantes que levassem em consideração o conjunto e não apenas a capital, e esses projetos estruturantes poderiam estar sendo feitos através de uma associação que já existe, a Associação dos Municípios da Região Metropolitana -

aliás, essa associação, a ASSOMECA, que sempre foi presidida por Prefeito de Curitiba, havia pelo menos no discurso uma intenção de trabalhar um pouco mais a integração, que na prática efetivamente nunca aconteceu. Mas, atualmente é praticamente nula essa preocupação.

Quando é que se reúnem municípios da região metropolitana? Quando é que os Prefeitos da região metropolitana são chamados para uma discussão tanto em relação ao transporte coletivo como em relação à saúde pública para criar outros consórcios para que possam trabalhar mais em conjunto os municípios, ajudando uns aos outros?

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Luizão, estou entendendo o seu objetivo no campo administrativo e no campo político. Acredito que V. Exa. poderia assumir um papel fundamental nessa questão da integração da região metropolitana. V. Exa. como aliado do Governador Requião poderia promover uma reunião de todos os Prefeitos com o Governador e enumerar quais são as ações que o Governo do Estado está, neste momento, fazendo para essa integração.

Vejo V. Exa. muito preocupado com a Linha Verde e pelo jeito tem estudado muito com a questão da Linha Verde. Quero dizer para V. Exa. quanto a questão da Linha Verde que as modificações, as alterações que foram feitas, foram feitas com a participação da população em tudo o que foi feito lá. Se V. Exa. deseja conversar com os técnicos dessa área da Prefeitura, com esse profundo conhecimento urbanístico que V. Exa. demonstra dessa tribuna, nós os colocamos à disposição e estarão lá para discutir, debater e dar encaminhamento nessa situação. Agora, o que naturalmente quero entender é que V. Exa. está pensando na região metropolitana. Quem tem que pensar na região metropolitana, na verdade, é o Governo do Estado e, por essa razão, V. Exa., como um aliado aqui do “nepotismo de plantão” do Palácio Iguaçu, V. Exa. poderia intervir, assinando o Projeto do nepotismo e depois conversando com o Governador Roberto Requião, para que colabore nesta integração tão desejada por V. Exa., pelo Prefeito de Curitiba e tão desejada pela população da região metropolitana.

Muito Obrigado!

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Deputado Valdir Rossoni, as duas coisas.

A integração dos municípios da região metropolitana é sim de responsabilidade do Governo do Estado, dos parlamentares da região metropolitana e também dos parlamentares de Curitiba. Mas, não deixa de ser uma necessidade de Curitiba, como capital do nosso estado.

Que houvesse não só um discurso, mas também na prática, uma preocupação com essa integração. Nas diversas áreas, não só na urbanística, mas na saúde, na segurança pública.

Como iniciativa solicitei a criação de uma Frente Parlamentar integrada pelos Deputados da região metropolitana, para buscar essa integração com o Governo do Estado, não esquecendo de levar em consideração Curitiba.

Não podemos cobrar do Governo do Estado, se não houver a preocupação com o município mais importante da região que é Curitiba.

Concedo um aparte ao Deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário (Aparte)

Tenho que enaltecer uma parte onde faz uma comparação de quando o Presidente da ASSOMEC era o Prefeito de Curitiba e o atual. Que não está acontecendo absolutamente nada.

Baseado nisso queria dizer que, realmente, é a COMEC a grande responsável pela distribuição dos recursos públicos que chegam aos nossos municípios.

Desde que eu era Prefeito, o então Governador Álvaro Dias criou um projeto especial para fortalecer a região metropolitana, mas não saiu nada.

Depois o Governador do Jaime Lerner também criou um projeto que é o ParanaSan, que resolveu em partes. Visto que a Fazenda Rio Grande está sendo contemplada com saneamento básico.

Tudo isso são discussões que existem dentro da COMEC. Mas a grande realidade é que a vontade desses recursos é distribuída de acordo com o laboratório lá de Brasília.

Quando falo aqui sobre a ponte do Rio Iguaçu, V. Exa. vai concordar comigo que a região metropolitana é a mais esquecida.

Hoje quando faço um levantamento nesta Casa dos 54 Deputados, 40 são de Curitiba e da região metropolitana. Perguntamos a eles: Onde existe investimento de terceiro grau por parte do Governo do Estado? Sendo que no interior, município com mais de 40 mil habitantes, todos são contemplados com terceiro grau.

Aqui, o filho do trabalhador não tem como estudar, a não ser se pagar uma mensalidade.

Por isso, V. Exa. que está estreando nesta Casa, com muita propriedade, quero lhe cumprimentar.

Está na hora de fazermos uma reunião entre os parlamentares aqui do sul para resolvermos questões como esta que V. Exa. está levantando, especialmente uma universidade ou faculdade, umas duas ou três aqui para região metropolitana.

Obrigado pelo aparte!

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Perfeitamente, Deputado. O senhor que foi Prefeito de um município da região metropolitana, Mandirituba, sabe que os municípios da região metropolitana foram vistos, ao longo destas décadas, como municípios dormitórios e as atenções sempre se voltaram para a capital e tudo tem girado em torno da capital. É momento já urgente de começarmos a reverter essa situação, porque hoje a população da região metropolitana é a mesma se

comparada com a população de Curitiba. Assim, temos uma outra Curitiba espalhada ao redor da capital. Então, é evidente que os recursos têm que ser divididos de forma equânime para região metropolitana e para Curitiba.

Em relação ao Governo do Estado e ao Governo Federal, nós acompanhamos, recentemente, no município de Piraquara, o lançamento do PAC que beneficia no Paraná 36 municípios na área de habitação e saneamento básico, e desses, a grande maioria é na região metropolitana. Isso foi priorizado graças ao interesse do Governo do Estado e do Governo Federal. Foi uma visão de Governo, tanto do Governo Estadual como do Governo Federal, da necessidade de investimentos nessas áreas de habitação e saneamento básico, principalmente nos municípios da região metropolitana. São diversos os municípios contemplados. Acredito que com esses investimentos feitos vamos melhorar a relação desses municípios com Curitiba.

Agora, eu reafirmo que é necessário que a administração da capital tenha a preocupação de levar em consideração os municípios vizinhos quando for fazer investimentos, principalmente com recursos do Governo Federal e empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, como está acontecendo no eixo metropolitano, que acabou se transformando na Linha Verde, que beneficia muito mais Curitiba do que os municípios da região metropolitana.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigado!

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só para registrar e agradecer a presença, entre nós, do Dr. Levi Queiroz da Paixão, que é advogado e também ex-Vereador de Campo Mourão, e do Sr. Joaquim Viana Pereira Filho, que é empresário, hoje, em Campo Mourão e é o ex-Prefeito de Engenheiro Beltrão.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sejam bem-vindos à Casa.

De igual maneira registramos a presença do Presidente da Câmara de Cascavel, Vereador Júlio César Leme da Silva, acompanhado do 1º Secretário, Vereador Leonardo Mion. Sejam bem-vindos também.

Segundo orador inscrito, com a palavra o Deputado Luiz Malucelli.

Deputado Luiz Malucelli (PSDB)

O SR. LUIZ MALUCELLI

Boa-tarde Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Venho aqui pedir aos Pares Deputados desta Casa que assim como temos preocupação com o nosso interior, com a nossa lavoura, com a agricultura, com a pecuária, fico preocupado, também, com a situação que

está o litoral do Paraná. Eu que sou filho de um ex-Deputado, nascido em Morretes, me criei naquela cidade, tenho no litoral do Paraná um carinho especial. Temos aqui o nosso Presidente, que é o ilustre Deputado Nelson Justus, que tão bem representa o município de Guaratuba.

Venho pedir o apoio de todos os senhores que na quinta-feira próxima, dia 11 das 10h às 12h, estaremos fazendo uma Audiência Pública, aqui no plenarinho, para que possamos chegar a um consenso para que o litoral seja visto com mais respeito. Hoje, é um abandono e um descaso muito grande, principalmente na cidade de Matinhos, onde o Prefeito é do meu partido, mas não posso deixar de trazer, aqui nesta Casa, a minha preocupação para com aquele município, principalmente com o município de Matinhos e com o balneário de Caiobá. O único posto de polícia foi retirado de lá há mais de um ano. Hoje, o cidadão que consegue dormir de quarta para quinta em Caiobá é muito corajoso, porque o índice de assaltos e arrombamentos das casas montam de grande ordem. Não existe sequer um carro de polícia, agora parece que estão colocando uma viatura da guarda municipal de Matinhos, que infelizmente é uma guarda carente que não dá conta de tudo o que vem acontecendo no balneário de Caiobá.

Não posso deixar de lembrar os companheiros, que daqui em diante, a partir do mês de novembro, o Paraná, o Brasil, os estados do sul, e até de países vizinhos ao nosso, vêm passar as férias no nosso balneário. E na cidade de Matinhos, balneário de Caiobá, infelizmente não se tem estrutura alguma, até porque quase toda a praia entre Caiobá e Matinhos já não tem mais praia. As crianças, os jovens, os adultos que vierem descansar no nosso litoral vão tomar o famoso banho de mar nas calçadas. O turismo é uma indústria. A indústria sem chaminé, a indústria do serviço que traz o emprego temporário para a nossa região do litoral.

Fica aqui o meu apelo, ao Presidente Nelson Justus, demais Deputados, Deputado Carli, Deputado Cartário, Deputado Rossoni que também tem casa lá, o Senador Álvaro Dias, o Presidente do Tribunal de Contas, também nosso amigo, Nestor Baptista, e tantos outros Deputados Estaduais, Federais, pessoas importantes que podem ajudar-nos a sensibilizar o Governo do Estado, a Secretaria do Meio Ambiente, ao SEDU, ao nosso amigo e ilustre Secretário Forte Neto, para que possamos fazer alguma coisa naquele município, para que em tempo possamos receber as pessoas que lá irão aportar a partir do mês de novembro até março do ano que vem.

Então, eram essas as minhas considerações, peço mais uma vez ao Líder do Governo, Deputado Romanelli, ao nosso gigante Deputado Alexandre Curi que também veraneia na nossa cidade de Matinhos, Caiobá, para que façamos um esforço em conjunto, para que o nosso litoral tenha uma outra cara a partir desta reunião de quinta-feira às 10h da manhã, aqui no plenarinho, onde todos os

senhores estão convidados e nos darão a honra de suas presenças.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida
(PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A Assembléia Legislativa do Paraná esteve presente em Brasília no 1º Fórum Internacional de Saúde Humana e Saúde Animal. Embora o nome seja meio esquisito, porque humano é animal, mas foi o 1º Fórum sobre Saúde Humana e Saúde Animal.

Eu fui representando a nossa Casa, designado pelo Sr. Presidente, pela Mesa Executiva, e a minha exposição muito rápida é mais uma prestação de contas do que lá aconteceu. Esse fórum, Deputada Rosane, foi um fórum produzido pela Wildlife Conservation Society, que é a mais antiga instituição de conservação da vida silvestre, em parceria com a ONU - Organização das Nações Unidas, em especial a Organização Panamericana de Saúde e a FAO, e outros parceiros como o IBAMA, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Saúde aqui do nosso país.

Lá se discutiu, Sras. e Srs. Deputados, questões como as doenças que são doenças conhecidas de todos nós, mas que nos preocupam, por exemplo, a aftosa, onde as repercussões econômicas são imensas e gigantescos são os gastos dedicados a manterem essa doença sob controle.

O Brasil, pasme, Sr. Presidente, gasta a bagatela de US\$ 600 milhões por ano para manter a aftosa não incidente em nosso país. Mas o prejuízo, seguramente, é muito maior caso a doença venha ao nosso país ou ela reapareça em nosso país. Mas doenças como a gripe aviária, gripe suína, a SARS, o ebola, a antavirose, a febre do Nilo, a raiva que tem aumentado violentamente, porque se desmatam áreas que são áreas próximas de cidades, reservatórios de morcegos e morcegos vêm às cidades e acabam infectando humanos. Doenças como estas e outras.

As aves, o que foi mais preocupante e ali se discutiu, são reservatórios naturais de vírus, bactérias e outros agentes que causam doenças. E essas aves, em especial, são aves migratórias e que vêm ao nosso país porque a Amazônia é um paraíso que todos conhecemos, do ponto de vista florestal e de recursos alimentares, o clima, a água, está próximo ao trópico, ao Equador, e ali, sem dúvida, é um local de pouso, é um local de invernada, onde elas buscam temperatura adequada, alimento para poderem se reproduzir.

Mas a grande discussão é: o clima da Terra está mudando, e ao mudar o clima, regiões antes úmidas passam a ficar secas; aquelas que são secas passam a umedecer; e com isto as rotas migratórias das aves podem

mudar. Aquelas aves que porventura vinham, agora vão; as que iam, agora virão, e colocando esses agentes, vírus, bactérias, desconhecidas ao nosso ambiente, em locais ainda que não existiam. Ou seja, a preocupação é absolutamente pertinente e grande. Mais uma faceta do que a alteração climática pode fazer com o nosso país e com o mundo, virando de ponta cabeça o que pouco já se sabe, que são os comportamentos e as rotas migratórias de aves silvestres.

Isto deve nos colocar, Sr. Presidente, demais Pares, em uma cruzada que talvez não tenha tido precedentes: de prepararmos localmente o nosso estado do Paraná com os veterinários, os médicos, os biólogos, os enfermeiros, enfim, todos aqueles que direta ou indiretamente são ligados com a saúde, para darmos um tratamento preventivo local, mas acoplado a um grande processo de tentativa de restabelecimento das condições originais dos ecossistemas que temos em nosso estado.

Eu não falo aqui por um amor à natureza, e claro que tenho e isto já bastaria, mas faço um chamamento a todos aqueles que entendem que a questão ambiental tem uma nítida interface com a questão econômica. Ou fazemos isto, ou nos lamentaremos num futuro não muito distante.

Mais uma vez, Sr. Presidente, quero lhe agradecer pelo envio e pelo atendimento ao convite feito a este Deputado e dizer a V. Exa. e a toda Mesa Executiva que a Assembléia Legislativa do Paraná foi bem representada e que, aliás, Sr. Presidente, este Parlamentar foi o único Parlamentar do Brasil convidado para estar nesse evento. Ou seja, a Assembléia Legislativa do Paraná foi a única que teve representação, de todas as Assembléias do país, nesse evento ocorrido em Brasília, promovido pela ONU e promovido pela WCS que é a entidade de que falei.

Espero ter representado a contento e trazido aos Deputados valores que nos ajudem a elaborar melhor as leis do Paraná.

Muito obrigado

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Horário do PP, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente, nosso querido Lorde, Deputado Nelson Justus, estas mulheres que dão um charme especial à Sessão, nossas colegas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin, nossa querida Deputada Beti Pavin, grande força política de Colombo, Srs. Deputados, Deputada Rosane também, outra grande liderança de Araucária, inicialmente quero cumprimentar o nobre colega, Deputado Marcelo Rangel.

Eu estava vendo hoje um clima de alegria por parte daqueles que viajam de avião, pela informação que

recebi do nobre Deputado Marcelo Rangel, como Parlamentar, dentro da sua atribuição parlamentar, esteve em Maringá, inspecionando - não sei bem se esse é o termo - o aeroporto e se não me engano também, porque não faço política em Maringá, Aeroporto Gastão Vidigal. Se é esse o nome não sei, pelo menos o anterior era, em cujo aeroporto o sogro da Deputada Cida Borghetti, o grande e eterno Prefeito de Maringá, Silvio Barros, foi nosso Deputado, um dia passou mal e acabou perdendo a vida.

A informação que temos é que o Deputado Marcelo Rangel, sempre preocupado com os problemas da aviação, essa confusão toda que está surgindo, esteve em Maringá, inspecionou o aeroporto e trouxe a tranquilidade de que nós poderemos viajar, com muita tranquilidade, para Maringá, pelo menos em Maringá a segurança dos passageiros está garantida. Então, essa é uma coisa ótima para nós aqui nesta Casa.

Segundo, Sr. Presidente, lamentando, o Paraná - aqui não é Casa para discutir futebol - mas o Paraná, para 2 times do futebol brasileiro, o Paraná perdeu 12 pontos. Perdeu 2 jogos para o Figueirense, perdeu 2 jogos para o lanterna, América, e é muito provável que por este descuido, ou por falta de motivação, com 2 times que um já está rebaixado que é o América de Natal e outro que também não é uma grande equipe, o Figueirense, poderão ser os 2 vilões responsáveis pela degola do Paraná. Agora só um milagre para salvar o Paraná e parece que o santo tem que ser muito forte para operar um grande milagre. Se o santo não for de muita fé não vai salvar o Paraná da zona do rebaixamento. Tomara que esse milagre ainda aconteça!

Sr. Presidente, queremos encaminhar a V. Exa. um projeto de lei tornando obrigatório o fornecimento pelas empresas, de refeição para seus empregados. Esse projeto não é inconstitucional, não é ilegal, porque, se aprovado pelos nobres colegas, vai tornar essa obrigatoriedade válida para as novas empresas que se instalarem no Paraná, sejam elas indústrias, agências bancárias, lojas, qualquer tipo de comércio. Tem empregador que vai ter que fornecer vale-refeição se o nosso projeto for aprovado. Por que fizemos um projeto não aplicando essa lei para as atuais empresas? Porque eles poderiam recorrer ao Poder Judiciário e isso poderia até atrapalhar a aplicação dessa medida que eu considero humana.

Pastor Edson Praczyk, que é um Parlamentar, cristão, homem de bem, homem humano, sabe como é importante o patrão ter na sua empresa um empregado bem alimentado.

Percorro algumas indústrias e fico com vergonha de ver a cara-de-pau de alguns patrões não servirem um café, não servirem um pão, não servirem um lanche para o empregado. Tem empregado que sai de casa, com aquela marmitinha - aliás, na semana passada foi dia do bóia-fria - tem coitado que leva, quando leva, aquela marmitinha feita no dia anterior.

O patrão nem fogão tem na empresa, para o empregado esquentar. Tem que fazer uma fogueira no quintal da empresa, para esquentar a comidinha dele.

Sr. Presidente, acho que o patrão moderno está aprovado, ele quer ver o empregado bem alimentado, porque o empregado bem alimentado terá melhor saúde e renderá mais no serviço. Aliás, a televisão tem mostrado que hoje, tem empresa que chega a instalar academia para o empregado fazer exercícios no intervalo, na hora do almoço, ou na hora do café.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o nosso projeto é obrigar os novos patrões que chegarem aqui, no Paraná, ou que aqui se instalem, a fornecerem um café pelo menos um café com leite, com pão, para os seus empregados. Na hora do almoço, servir o almoço, sim, para todos os empregados que cumprirem jornada de trabalho superior a seis horas por dia de trabalho. Não vi quebrar nenhuma empresa.

Vamos acabar com essa história, numa indústria, empregado comendo pior do que come boi. Tem boi de raça, que vale 3, 4, 5 milhões. O empregado, para lidar com o boi, tem que colocar roupa branca, máscara, luva, para não contaminar. Você pensa que é médico, não. É o tratador do boi, do cavalo. O cavalo valendo R\$ 800 mil, R\$ 2 milhões. Aí você vai ver como está o empregado ali, comendo, coitadinho, aquela arrozinho, quando tem, feijão, um ovinho e aquele comidinha fria, que tem que esquentar no quintal. Imaginem quando está chovendo.

O nosso projeto, peço aos nobres Deputados, não vamos estender o projeto para quem já está estabelecido, porque poderia ser acolhida a inconstitucionalidade do projeto, queremos que toda a nova empresa, loja e indústria que se instale aqui, o empregador seja obrigado a fornecer no intervalo que ele estabelecer, o café, o leite e o pão para o empregado. Na hora do almoço ou na hora do jantar, dependendo do turno de trabalho, que seja fornecida a refeição para os empregados serem mais fortes, terem mais saúde, e com isso esses funcionários vão render muito mais. No final, no frigar dos ovos, quem vai sair ganhando é o próprio empregador.

O Sr. Pastor Edson Praczyk (PRB) (Aparte)

Deputado Belinati, apenas para corroborar com a sua linha de raciocínio, a empresa Google, que é uma multinacional de informação, inclusive detentora dos sites de buscas Google, eles acreditaram nesse modelo moderno, inclusive o funcionário, além de ter um leque variado de várias refeições ao longo do dia, a empresa aposta em outros mecanismos para tornar ao funcionário a sua ida ao trabalho mais prazerosa, mais produtiva.

Além de visar várias opções de refeições, em determinados turnos, ele pode levar o seu mascote, o seu animal de estimação, sala de esportes.

Quero parabenizá-lo por essa sua idéia.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito obrigado, Pastor Edson Praczyk. Esse é o exemplo do bom empregador. Mas o que tem de mau patrão por aí, que quer encher o bolso de dinheiro, ficar cada vez mais rico à custa de uma avareza que leva o funcionário a ficar subnutrido, magricelo, por qualquer coisa já pega uma doença, porque se alimentou mal.

O nosso projeto, Sr. Presidente Nelson Justus, estabelece que a empresa que não puder, ou achar que não é conveniente implantar o restaurante dentro da empresa porque não tem espaço, o empregador será obrigado a fornecer o vale-refeição para que seu empregado ou sua empregada possa fazer a alimentação fora do local de trabalho.

Portanto, esse projeto vai somar os novos empresários do Paraná aos bons e exemplares empresários que já estão dando alimentação condizente com a necessidade mínima que um ser humano tem direito.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

Liderança do PSDB: Deputado Ademar Traiano

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Gostaria antes de iniciar o meu pronunciamento, de fazer um apelo aos senhores parlamentares para que pudessem realmente me ouvir e prestar atenção sobre um tema que vamos abordar e que foi, na última quinta-feira, objeto de ampla discussão desta Casa, deste Parlamento e que lamentavelmente o Deputado Traiano não estava presente. Sei que é uma prerrogativa do Sr. Presidente fazer a pauta, incluir os projetos na Ordem do Dia, mas infelizmente eu não tinha conhecimento, não pude estar aqui, não quero fazer nenhum tipo de contestação à ação do Presidente. Pelo contrário, já conversei com ele mesmo, na quinta-feira.

Infelizmente eu aqui não estava e quero fazer a sustentação e a defesa do nosso projeto na tarde de hoje, para que nós possamos abrir uma ampla discussão sobre esse projeto, que entendo, realmente, ser ele um tanto quanto polêmico, mas que no final possa ter a aprovação dos senhores parlamentares que num momento em que apresentei o projeto, ele não teve apenas a autoria do Deputado Traiano, ele foi subscrito por 44 outros parlamentares. Portanto, quero crer que é um projeto que realmente tem um cunho muito importante, de uma valia muito grande para o Paraná.

Vamos ao assunto: trata-se do projeto que veda a instauração de procedimento administrativo baseado em declarações, denúncias ou quaisquer outros expedientes anônimos no âmbito dos Três Poderes.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o porquê da iniciativa do Deputado Traiano apresentar um projeto dessa natureza. Tenho 26 anos de vida pública. Comecei como Vereador, mais tarde Prefeito e hoje, já no 5º mandato de Deputado Estadual.

Portanto, ao longo desse tempo já tive a oportunidade de vivenciar muitas situações que, lamentavelmente, não chegaram a lugar nenhum. Exatamente fruto de denúncias vazias, infundadas, apresentadas contra agentes políticos e até funcionários públicos e os senhores que aqui estão. A grande maioria daqui já teve oportunidade de exercer cargo no Executivo, sabem muito bem o que estou falando. Mas quando tomei a iniciativa de apresen-

tar esse projeto, somente o fiz calcado naquilo que estabelece a Constituição Federal em seu inciso 4º onde diz que é de livre manifestação, o cidadão brasileiro tem a possibilidade de expressar-se livremente.

Mas que é expressamente proibida a denúncia anônima!

No seu artigo 5º diz que a pessoa que se sentir prejudicada por uma denúncia anônima, ela poderá exigir na justiça o ressarcimento por danos morais.

Portanto, nada fiz além do que sustentar-me em cima daquilo que está expresso na lei, na Constituição maior. E não seria eu, Srs. Deputados, Srs. Parlamentares, irresponsável, imaturo em apresentar um projeto que pudesse ferir princípios constitucionais ou que extrapolasse o direito de legislar, entretanto, em áreas que não é da nossa competência. Ouvi manifestações da imprensa, de alguns parlamentares, e respeito essa preocupação de que estaríamos ingerindo no poder dos Srs. Promotores, estaríamos ingerindo na ação da Polícia Civil.

Srs. Deputados, temos que ter a leitura de que a Polícia Civil, a polícia é polícia judiciária e como tal ela tem a função de instaurar inquéritos criminais e não apurar processos administrativos. É exatamente o contrário daquilo que estamos sustentando. Portanto, não estamos entrando na área da polícia judiciária, da Polícia Civil, da Polícia Militar que tem sim a função de apurar denúncias anônimas até quando na esfera criminal. Porque denúncias anônimas na esfera criminal nós não podemos coibi-las, porque elas estão amplamente asseguradas pela Legislação Federal e lei própria.

Por isso, Srs. Deputados, não seria responsável e imaturo de legislar em área que não nos pertence. Até pela minha formação, sou advogado, posso estar bastante distante do mundo jurídico, mas pelo menos tenho a visão mínima necessária no momento em que apresentar um projeto, saber até onde posso atuar. Portanto, Srs. Deputados, para que não haja dúvida interpretação e que fique isso devidamente esclarecido e claro. Sei que o Deputado Romanelli fez uma defesa realmente plausível, na manhã de quinta-feira. Muito obrigado pela sua manifestação. Nós temos que divergir, mas no momento em que mesmo como Líder do Governo V. Exa. abraça um projeto de um Deputado de Oposição e defende de forma intransigente, tenho que reconhecer publicamente essa sua manifestação de apreço.

Quero deixar mais uma vez evidenciado que o nosso projeto não tem o intuito de cercear, inibir, coibir qualquer denúncia anônima que seja encaminhada ao Ministério Público na esfera criminal, porque não é de nossa competência. O Ministério Público tem autonomia para agir em denúncias dessa natureza. O Ministério Público poderá até ignorar a lei se aprovada e sancionada pelo Governador. Poderá até ignorar a nossa lei quando do recebimento de uma denúncia anônima, porque o Ministério Público quando recebe uma denúncia ele por 90 dias faz uma análise criteriosa e no momento em que se sentir seguro de apresentar a denúncia. ele assume a

responsabilidade da denúncia abertamente, ela deixa de ser anônima. Mas tenho ouvido manifestações do Ministério público no sentido de que a grande maioria das denúncias anônimas não chegam a lugar nenhum. E essa nossa lei, se aprovada for, vai dar um instrumento legal de sustentação ao próprio Ministério Público no momento em que receber uma denúncia anônima, não na ordem da esfera criminal, mas na esfera administrativa, poderá o Ministério Público amparado por uma legislação deixar de receber a denúncia anônima e assim sucessivamente também, na esfera dos Três Poderes: Poder Legislativo, Executivo e Judiciário.

O Sr. Geraldo Cartário (Sem Partido) (Aparte)

Deputado Traiano, V. Exa. está de parabéns porque se antecipou ao julgamento último, nesta quinta-feira, que o Supremo Tribunal Federal determinou que perseguição, perseguição não! O Supremo Tribunal Federal foi enfático, qualquer Deputado, Vereador, pode sair do partido a que pertença desde que esteja sendo perseguido. Ora, uma denúncia anônima, seja para o Chefe da repartição, seja para o Prefeito, para o Governador, para o Secretário, já coloca aquele funcionário numa situação de ser constantemente alijado da postura normal que ele teria, como funcionário.

Assim sendo, não podemos permitir essas denúncias anônimas, porque se trata de covardes. Sr. Presidente, o covarde pode denunciar anonimamente. Por quê? Porque estamos vivendo num regime democrático. Aquele tempo do Imperador, lá da Rússia, da Polônia, que tinha que beijar a bota do Imperador, já foi! Aquelas perseguições feitas pelo Hitler, com os judeus, não existe mais! O mundo não mais aceita isto! Por isso o seu projeto vem a enaltecer esta Casa. E eu me sinto muito bem, à vontade, até mesmo orgulhoso em aprovar e votar a favor de um projeto destes, acabando com a covardia!

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Muito obrigado, Deputado, V. Exa. contribui e enriquece o debate, nos dá oportunidade de podermos dar continuidade, aproveitando esta sua deixa.

Nas entrevistas que tenho dado, tenho afirmado que a prática da denúncia anônima nada mais é do que voltarmos ao tempo da ditadura, em que anonimamente pessoas eram execradas pela sociedade. Vidas foram ceifadas, anonimamente, sem que tivesse o amplo direito da defesa. Agora, no regime democrático, volta-se à tona, mas as pessoas já foram ceifadas e crucificadas, muitas delas.

Portanto, quero crer que exatamente a denúncia anônima passa a ser um ato covarde. Não há como prosperar uma denúncia quando a pessoa não dá a sua denúncia a sustentabilidade necessária. E quando não apresente sua qualificação para a continuidade da denúncia.

Este é o objetivo do nosso projeto, exatamente sustentado por aquilo que estabelece a legislação maior, a Constituição Federal, em seu inciso IV, artigo 5º.

É este o espírito da lei. É com este objetivo que estamos defendendo nosso projeto, apesar de respeitarmos as divergências que possam surgir no curso desta discussão. Além do que, entendo que é importante e oportuno que os Srs. Parlamentares possam apresentar emendas no sentido de aprimorar as dúvidas que possam estar pairando com relação ao nosso projeto. Não somos os donos da verdade. Vamos reconhecer, no curso do tempo.

Amanhã, com certeza, o prazo será aberto para emendas. Que os Srs. Deputados apresentem as emendas necessárias, para elucidarmos, definitivamente, todas as dúvidas que possam estar criando conflitos dentro do nosso projeto.

Portanto, Srs. Deputados, o que pretendemos, na verdade, é exatamente isto: queremos buscar algo que possa dar sustentabilidade, possa dar segurança às denúncias que vierem na esfera dos Três Poderes. Não há como reconhecer juridicamente uma denúncia anônima. Se a própria legislação penal não admite gravações feitas em vídeos, em fitas cassete, de pessoas que gravam anonimamente e apresentam em ações penais, não são reconhecidas como prova cabal, como vamos reconhecer uma denúncia anônima contra um agente político, um agente público, enfim, funcionários públicos como um todo?

O Sr. Tadeu Veneri (PT) (Aparte)

Deputado, eu fui um dos que levantou uma série de questionamentos a este projeto, na quinta-feira e me posicionei contrário. Disse que votaria contra, por entender que há uma série de dúvidas com relação ao projeto. Como o senhor falou, aqui, todas as opiniões têm que ser respeitadas. Respeito muito a iniciativa que o senhor teve, mas acho que o projeto traz uma série de dúvidas, entre elas me parece que há 2 pontos que são absolutamente - no meu entendimento - insolúveis.

Primeiro, diz respeito a todos os processos que estão em curso, independente de ter sido comprovada sua veracidade na sequência do processo, após a abertura do inquérito, por terem tido origem na fonte anônima. São arquivados de pronto. Isso me parece fora de propósito.

Segundo, há uma dúvida que também tentei tirar com algumas pessoas e não foi possível. Se tivermos, por exemplo, uma pessoa que tenha conhecimento, que tenha visto um policial - vou dar o exemplo do policial, porque foi o que aconteceu recentemente em Curitiba - praticando um determinado ato delituoso, ou seja, fazendo algo que não é compatível com a sua função de policial, essa pessoa vai denunciar a quem?

Provavelmente à Corregedoria. Mas, a Corregedoria precisará inicialmente de um procedimento administrativo. Como ela fará esse procedimento administrativo se a denúncia anônima não pode ser levada em conta?

Segundo, no seu projeto diz no parágrafo único que todos os processos feitos, ainda que com denúncias

qualificadas, deverão, em prazo de 15 dias, ou serem ratificados, ou se tornarão também nulos.

Então, vejo o seguinte, Deputado Traiano: é verdade que temos processos muitas vezes que são feitos de forma injustificada com servidores públicos, e conversava hoje com um advogado que é especialista na área e acho que temos que corrigir, talvez até por normas internas, mas da forma como está, com a generalidade que está o projeto de lei, acredito que vamos criar uma grande confusão com as pessoas com o que pode e o que não pode denunciar, quais os processos que serão extintos, até porque não temos conhecimento de quantos processos estão em curso hoje, a partir de denúncias anônimas, e quantos deles já foram confirmados como tendo de fato a veracidade na denúncia.

Então, essas preocupações foram levantadas na quinta-feira, no meu entendimento continuam e espero que possamos respondê-las, porque da forma como está hoje, vejo uma dificuldade muito grande em votar favoravelmente ao seu projeto.

Obrigado pelo aparte!

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Deputado Tadeu Veneri, reconheço a sua participação e a sua preocupação e sei que V. Exa. é um Deputado realmente estudioso e toma sempre muita cautela no momento de questionar e levantar determinados temas, mas entendo ser oportuna a sua participação, sim, e acho que como já havia afirmado, o projeto pode passar por um aprimoramento, sofrer emendas e ser discutida novamente aqui a aprovação no Plenário, mas não vejo nenhuma preocupação no exemplo que V. Exa. acabou de dar com relação a um fato de um determinado policial receber uma denúncia contra ele.

Ora, quem propõe a denúncia pode assumir a responsabilidade e na sequência, com certeza, se for comprovada, leva-se a cabo a denúncia na esfera criminal também, por quê não? Não vejo nenhuma dificuldade! O cidadão pode assumir e se o cidadão estiver errado, ele vai ser responsabilizado e aí terá também aquele que foi acusado o amplo direito de se defender, e se for julgado inocente, lamentavelmente quem fez a denúncia terá que responder criminalmente por isso. Por isso, não vejo razão de o cidadão não ter a sua qualificação na denúncia. Não vejo razão nenhuma e acho que ela tem plena sustentação. Esse artigo está tranqüilamente coberto dentro do espírito da lei para que possamos realmente receber a denúncia, desde que com a qualificação do cidadão.

Quero apenas defender também a questão do arquivamento. Entendo que as denúncias anônimas que ainda não sofreram nenhum tipo de apuração até o presente momento, porque a grande maioria delas na verdade está engavetada, que essas sim sejam arquivadas. E aquelas que já tenham toda uma tramitação e que estejam passando pelo crivo de uma apuração, sim, aí é o contrário, mas aquelas que não tenham sofrido nenhum tipo de apuração, essas realmente devem ser arquivadas, porque

são consideradas anônimas. Esse é o espírito do artigo que nós estamos inserindo na lei.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Traiano, o nosso bloco subscreveu ao seu projeto, e eu fico feliz que V. Exa., hoje, inclusive se mostra suscetível a melhorar o seu projeto.

Acho que o seu projeto, ele tende a contribuir para o Paraná e principalmente para a apuração de alguns crimes. E o nosso bloco quando assinou, o senhor se comprometeu a analisar uma emenda que nós faríamos, justamente, no sentido de evitar críticas ao seu projeto no que se refere a dizer que o Ministério Público então não receberia mais denúncias, e para evitar irresponsabilidade por parte dos denunciante que estariam acobertados pelo anonimato, porém, isentos da responsabilidade prevista na Constituição. A nossa emenda vem de encontro ao que V. Exa. quer no projeto, ela visa incorporar a obrigatoriedade da pessoa se identificar, porém, desobriga o Ministério Público de declinar no início da investigação o nome do denunciante, porém, terá que fazê-lo no final da investigação, principalmente se o denunciado for declarado inocente, para que ele possa buscar a indenização. Isso vai fazer com que milhares de denúncias irresponsáveis as pessoas pensem duas vezes antes de fazer, e não cai cercear a investigação porque o Ministério Público vai poder fazer sem ter que declinar inicialmente o nome do denunciante.

Então, eu agradeço o aparte e digo, em nome do nosso partido, do PSB, do PV, PR, do PRB, que nós pretendemos apresentar uma emenda nesse sentido, assegurando o sigilo quanto ao nome do denunciante até o final da investigação, porém, no final o Ministério Público tem que declinar com base no que começou a investigação.

Obrigado.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Deputado Reni, eu agradeço a sua participação. V. Exa. sempre foi sensível desde o início a esse projeto. A sua bancada, o seu bloco, subscreveu juntamente conosco esse projeto, por isso entendo ser extremamente valiosa a sua emenda, realmente o nosso objetivo é que o projeto seja aprimorado para que a gente possa ter uma legislação eficiente no estado do Paraná.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Só queria cumprimentá-lo por falar desse projeto. E V. Exa. falou de fitas aí, e na eleição de 2000 Ponta Grossa viveu uma fase de fitas clandestinas, fitas montadas não se sabe por quem. E inclusive a Rede Globo usou de forma covarde umas fitas contra a minha pessoa, e colocou no Fantástico duas vezes, veja o senhor que eu fui levado duas vezes ao Fantástico graças a Rede Globo.

Esse jornalismo que ouviu só um lado e não ouviu o outro. Naturalmente aquelas fitas foram feitas na véspera da eleição, e deu um desgaste danado, você imagine um Prefeito passar por dois Fantásticos sem dever nada.

E terminado agora, tudo isso passou. As fitas foram julgadas sem condições nenhuma de serem usadas, são fitas montadas, inclusive uma das pessoas que foi acusada está sendo inocentada hoje, depois de tanto tempo. E agora eu pergunto: quemé que paga o prejuízo? O prejuízo político, moral, financeiro que todo mundo teve? Então, V. Exa. tem razão, essas denúncias envolveram o Ministério Público, envolveram um Bispo. Um Bispo de uma cidade que entrou de forma covarde numa eleição também, um Bispo politiquero que hoje está lá em Brasília, na capital da corrupção, e não teve vergonha na cara de levantar a voz para falar das corrupções do Renan e outras coisas. Um Bispo da Igreja Católica, que foi promovido porque estava dando um monte de confusão lá em Ponta Grossa.

Então, veja o senhor, um Bispo, um Ministério Público e uma Rede Globo, e agora: quem paga o prejuízo? Denúncia anônima, um cidadão pagou para fazer as gravações, ninguém sabe de onde veio o dinheiro ainda, de onde veio o dinheiro do pagamento para o cara fazer as gravações clandestinas, montadas com a intenção de prejudicar alguém, e conseguiu. Por isso V. Exa. tem razão com esse projeto porque tem alguns covardes, inclusive Bispos e coisa e tal que precisam ser mais responsáveis.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Muito obrigado Jocelito pelo aparte. Eu lamento realmente o acontecido com V. Exa., e o que nós queremos com o espírito da lei é realmente dar um instrumento legal para coibir essa prática.

Concedo um aparte ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Deputado Ademar Traiano, quero parabenizá-lo em abordar esse tema.

Antes, gostaria de dizer que o exemplo que o Deputado Jocelito Canto deu não é o melhor, porque os Padres são favorecidos pelo anonimato.

V. Exa. está abordando o tema com a profundidade e responsabilidade que ele merece.

Há no projeto muitos aspectos interessantes, mas as desinformações ao que tem sido anunciado do projeto acabam transcendendo o lado positivo do projeto. Aí se misturam a má-fé, a ignorância e os que buscam os holofotes fáceis, como forma de se promover, como se fossem portadores da ética os grandes responsáveis pela mudança nos costumes da sociedade.

Sempre fui favorável ao debate. Esta Casa não pode temer em discutir nenhum tema.

Outro dia vi aqui sendo aprovado um requerimento contra o Brasil discutir uma lei que legalizasse o aborto.

Parece que falar em legalizar aborto é um crime contra a humanidade.

Quando verificamos diariamente mães, normalmente de famílias pobres, matando filhos que acabaram de gerar. Por quê? Porque o país se recusa discutir uma política de controle de natalidade.

Estou dando esse exemplo, porque devemos, sim, discutir esse projeto que V. Exa. é autor e apoiado por mais 43 Deputados desta Casa.

Ele pode e deve ser melhorado. Penso que o que já está em curso, na minha avaliação, tem que seguir o curso. E, ao mesmo tempo, algumas falácias que estão sendo postas aqui, esse projeto em nada atinge, por exemplo, o Ministério Público.

Porque o Ministério Público pode instaurar um procedimento investigatório, independente de ter a denúncia ou não. É obrigação, inclusive, do Promotor ou do Procurador da Justiça.

A verdade é que o projeto age no âmbito da administração pública, de uma forma responsável.

Quem aqui conhece a área da educação sabe. Há centenas, milhares de sindicâncias que são instauradas por conta da denúncia anônima de bobagens.

Temos que ser responsáveis e analisar o projeto no aspecto que ele é e pode ser muito bem regulamentado. E mais, o anonimato pode ser discutido, ou seja, a fonte tenha de fato garantido o sigilo. Aí se pode ter a Correedoria, no âmbito do Poder Executivo.

O projeto de V. Exa. pode e deve ser discutido. Estamos votando a constitucionalidade. E constitucional ele é. E poderá ser melhorado com as emendas. Que a Casa tem que debater o tema, não tenho dúvida disso.

V. Exa. tem coragem de enfrentar o tema, pois é polêmico, mas a política pressupõe discussão que temos na sociedade. E é importante avançar nessa discussão.

Por isso, V. Exa. conte com meu apoio, o meu voto. E temos, claro, se possível, que melhorar o projeto. Mas melhorar através do debate e da discussão e não do obscurantismo de se recusar a discutir e, mais do que isso, daqueles que agem com má-fé e ignorância em relação ao projeto, dizendo que atinge a esfera penal, coisa que não atinge absolutamente nada. Usam esse argumento, única e exclusivamente, para confundir a opinião pública, mas são aquelas pessoas que parece que tomam banho de água benta todo dia de manhã, antes de sair de casa.

Era isso, Deputado Traiano.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Traiano, obrigado pelo aparte, e ao nosso Presidente.

Eu diria que o tema que está sendo discutido, e V. Exa. já expôs corretamente, o importante é que está discutindo, está dando oportunidade para discutir e poderá ser aperfeiçoado. Acho que é importante, agora, estabelecer o debate.

Eu não queria entrar no tema, Deputado Traiano, porque confesso que fui perseguido por membros do Ministério Público, essa instituição respeitadíssima, e tenho dito sempre que é importantíssima para o Brasil para garantir a democracia. O Ministério Público tem um papel importante, mas entre os membros do Ministério Público tem Promotor de Justiça que não merece. Então, na verdade, é preciso que se estabeleçam alguns critérios.

Tem Desembargador, hoje, que já foi Promotor ou Procurador; tem Ministro de Estado que já foi Promotor. Então, é uma instituição, como eu disse, muito importante, mas tem alguns Promotores, Deputado Traiano, que precisamos dar um basta nisso. Eles preparam uma denúncia contra um político e, antes mesmo de um Juiz acatar, acolher a denúncia, eles já chamam a imprensa e fazem um carnaval, dizendo que estão cassando o mandato, estabelecendo regras que não estabelecem. Eles nada mais são do que meros denunciadores. Então, isso causa um estrago na vida das pessoas.

Eu reformo, novamente, meu pensamento, dizendo que não é o Ministério Público, são alguns membros do Ministério Público. O Ministério Público é muito importante para o Brasil, mas é preciso estabelecer critérios. Através desta lei que V. Exa. está propondo, podemos corrigir alguns abusos, algumas distorções que, muitas vezes, desabam na pessoa decente, em função de um Promotor mal preparado ou mal intencionado.

Obrigado!

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Obrigado, Deputado Dobrandino, Deputado Romanelli, que contribuíram e muito com as suas participações no nosso pronunciamento.

Tenho a convicção absoluta que a partir dessas explanações que fizemos aqui, assumindo por inteiro a responsabilidade com relação ao projeto, e se há algo que é marcante na minha vida e sempre caracterizou a vida do Deputado Traiano, é ter postura e assumir aquilo que faz. Não fujo da raia em nada. A minha vida pública foi pautada exatamente por esta postura. Por esta razão, assumo inteiramente a responsabilidade com relação ao projeto, independente de tudo aquilo que possa ter surgido, no curso deste tempo, das notícias distorcidas levadas ao Paraná como um todo, mas acho que isso é salutar.

A democracia depende muito da participação da sociedade como um todo, quer seja a imprensa, quer seja a sociedade aí fora, de todos os segmentos, Srs. Parlamentares.

Com certeza vamos aprimorar este projeto e dar ao Paraná uma legislação que possa dar solidez em tudo aquilo que acontece no estado com relação às denúncias anônimas.

Muito obrigado, Srs. Deputados, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança da Oposição. Liderança do Governo.
(Declinam)

Ordem do Dia

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 314/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, a construção de uma ala especializada em queimaduras, no Hospital Universitário de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 315/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, a concessão de reposição salarial dos professores e funcionários da Secretaria Estadual de Educação do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 316/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Presidente desta Casa de Leis, solicitar junto ao DETO - Departamento de Transportes do Estado, a doação de um veículo para a APAE do município de Marialva/PR. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Chico Noroeste, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2972, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, solicitando a autorização desta Casa de Leis para ausentar-se do país, com destino aos Estados Unidos da América, no período de 11 a 23 de outubro do corrente ano, para tratar de assuntos particulares, sem ônus para este Poder. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 693/07, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que veta a instalação de procedimento administrativo baseado em declarações, denúncias ou quaisquer outros expedientes anônimos, no âmbito dos Três Poderes. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Atenção que o item 01 da pauta já teve a sua discussão encerrada. Está sim, agora, em votação. É importante que fique claro.

Para encaminhar a votação, Deputado Elton Welter.

O SR. ELTON WELTER (PT) (**Para Encaminhar a Votação**)

Sr. Presidente, a nossa bancada vai encaminhar voto contrário neste momento. Estamos com emendas já formatadas e que se elas forem acatadas, poderemos votar favorável no 2º turno. A Bancada do PT votará contrário a esse projeto neste momento.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, assim como o Líder do nosso partido, Deputado Elton Welter já afirmou, vamos votar contrários e só quero fazer algumas considerações. Até fiz essa solicitação ao Líder da bancada, porque a assessoria da bancada fez uma série de postulações que acho importante que possamos aqui esclarecer. E eu, obviamente até para não ser impertinente com o Deputado que usou a tribuna, autor do projeto, Deputado Traiano, mas me parece, Sr. Presidente, por isto vamos seguir a orientação do Líder da nossa bancada, me parece, Srs. Deputados, absolutamente fora da realidade brasileira, pelo menos aquele exemplo que foi dado pelo Deputado Traiano, de uma forma até muito educada que me respondeu, mas sabemos que um cidadão no nosso país jamais, jamais faria uma denúncia identificada com a sua carteira de identidade, Sr. Presidente, com o seu endereço, com a sua qualificação completa, se visse uma extorsão feita, por exemplo, por um agente público, fosse ele policial, fosse agente de rendas, fosse outra atividade dependendo da sua condição social, não é plausível que pensemos que um ato de truculência policial dentro de uma favela vá fazer com que o cidadão saia dessa favela, vá até a Corregedoria da Polícia Civil, faça a sua denúncia e aguarde, serenamente, que esta denúncia seja acatada e que os trâmites sejam feitos.

Acho que o Deputado tem a melhor das boas intenções. Não há absolutamente, Deputado Traiano, motivo algum para julgar que não seja este o motivo do projeto, mas ele se mostra irreal. Sabemos que não adianta, que as pessoas não vão fazer denúncias com a sua carteira de identidade, esperando que a Polícia cumpra aquilo...

(ininteligível).

...eu dou um exemplo - houve aqui roubo de tocafitas - a pessoa que denunciou, se tivesse se identificado, talvez nem chegasse a ter sido apurado, porque ela teria sido prejudicada antecipadamente, como já aconteceu em outras vezes roubo de tocafitas feito por policiais. Infelizmente aquele processo acabou fazendo com que houvesse o inquérito administrativo e a Polícia tomasse as providências, como vem fazendo. A Polícia Militar tem a maioria dos seus quadros de excelente qualificação, e o fez.

Fico pensando, Deputada Beti Pavin, se a senhora como cidadã comum visse. Será que a senhora iria até lá, daria sua identidade, diria: "Olha, eu vi isso, isso, isso, estou em 15 dias voltando para ratificar". Acho que é um pouco ilusório.

Segundo, Sr. Presidente, quando o Líder do nosso partido encaminha, também é em cima de uma série de preceitos que já o Superior Tribunal de Justiça acolheu em vários mandados de segurança pedidos que foram negados, entre eles um que acho que ficou conhecido por todos nós, que foi a Operação Albatroz. Todos esses processos foram negados.

E por último, Sr. Presidente, duas considerações apenas, e veja, Deputado Traiano, como não há de nossa parte nenhuma vontade de criar problemas para o processo por si. As duas intervenções anteriores, Sr. Presidente, uma diz respeito à imprensa e o projeto absolutamente não tem o condão de inibir a imprensa e nem poderia; e a outra, do Deputado que temos o maior respeito que é o Deputado Dobrandino, que faz toda uma afirmação em cima de ações do Ministério Público, que já foi dito aqui que o Ministério Público também não poderá ser alcançado por esse processo.

Por último, acho que é necessário dizer que este debate que vem sendo feito aqui - e quero aqui discordar do Deputado Romanelli, porque todos os debates nós temos que fazer, Deputado Romanelli, todos eles. Não é porque algum vem buscar holofotes, alguém toma banho de água benta, alguém mal intencionado ou ignorante, porque se fosse partir desse princípio, eu acharia que alguém aqui é Torquemada, que temos um Torquemada aqui dentro, que de manhã cedo toma uma pílula de sabedoria e sai distribuindo notas para deixar a população mais feliz, mas que quando não atendido usa o seu poder inquisitorial, como aliás se fazia na Idade Média, que talvez alguns ainda tenham saudade de poder usar esse método.

Então, todos os Deputados que usaram a tribuna desde quinta-feira e que o fizeram na sequência, acho que o fazem com a consciência cidadã, fazem no exercício do

seu mandato e não dá para admitirmos que este tipo de ação seja, não sei se é esta a intenção do Deputado Líder do Governo, mas seja desqualificado, porque Deputado Romanelli, acredito que não é sua intenção, mas quando o senhor desqualifica, quando as intervenções são feitas, quando o senhor diz não, porque quem é contra é por ignorância, ou porque toma banho de água benta, ou porque quer holofotes, pode se dizer o seguinte: quem é a favor é porque é o processo da inquisição, é o processo de volta da truculência, e não acho que seja nem uma coisa nem outra. Acho que é o processo do debate e é no debate que nós crescemos.

Por isto mesmo o Líder da nossa bancada fez a orientação. Vamos seguir a orientação do Líder da bancada e esperamos que no processo do debate possamos fazer todos os esclarecimentos como, aliás, já vem acontecendo.

Era este o encaminhamento que queria fazer.

Muito obrigado.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV) (Para Encaminhar)

Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente, quero encaminhar, mas quero agradecer ao nosso Líder, Reni Pereira, por sempre permitir que a minha estada nesse bloco seja uma estada de harmonia, onde eu sempre posso me posicionar com absoluta liberdade, me liberando, inclusive, para que eu me posicione contrária ao projeto.

Quando eu fui procurada pelo Deputado Traiano, na semana anterior, ao passar os olhos pelo projeto, eu já estava absolutamente certa que seria contrária ao mesmo. Primeiro, porque não é a assinatura ou a falta de assinatura que faz com que se cometam injustiças em relação às calúnias, às difamações, etc. Eu mesmo tenho sido vítima de uma série de acusações infundadas, levianas e que tenho me conformado porque sei que é da política partidária, porque inventam nomes, inventam personagens, compram denúncias e compram assinaturas e às vezes compram até retiradas de assinaturas.

Então, esta coisa faz parte da política partidária.

A outra questão é com relação à colocação do Deputado Romanelli. Nunca me senti tocada pela questão de tomar banho de água benta, muito menos como alguns Parlamentares colocam: "Tem Parlamentar que, antes de chegar na Plenária, passam óleo de peroba nas suas faces, ou coisa parecida." De jeito nenhum Deputado, estou absolutamente certa do que quero e como trabalhadora de órgãos públicos muitas vezes sei que é só o anonimato que nos protege de sanções e o senhor sabe o quanto o funcionário público de carreira é perseguido, é transferido, às vezes não só por denunciar, às vezes até por não colocar um adesivo político-partidário no seu carro. Então, essa situação é muito comum. Tenho absoluta clareza do meu voto contrário.

Uma outra questão, o Deputado Romanelli quando falou da questão do aborto, colocou que precisamos discutir uma política de controle de natalidade. Quero

acreditar que o que o senhor quis dizer é uma política de planejamento familiar. Nosso país não precisa de controle de natalidade; nosso país precisa, urgentemente, de um programa de planejamento familiar.

Muito obrigada.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, quero dizer o seguinte: idiosincrasias à parte, que é do meu estilo, da minha natureza, posso eventualmente dizer que o Deputado Tadeu Veneri toma banho de água benta, mas o faço de uma forma, Deputado Tadeu Veneri, que não é no sentido de ser ofensivo. Digo isso em função de V. Exa. ter um posicionamento político que normalmente se contrapõe ao conjunto da Assembléia. É uma forma de exercer o mandato. V. Exa. exerce o mandato com voto de opinião, enfim não é de esquema eleitoral o seu voto. V. Exa. tem um estilo, tem a sua personalidade, tem o seu jeito de fazer política. Normalmente V. Exa. se contrapõe à Assembléia de uma maneira geral, ao conjunto dos Deputados, inclusive contra a sua bancada do Partido dos Trabalhadores.

Agora, veja só, V. Exa. acabou de fazer um encaminhamento, basta pegar nas notas taquigráficas, começou desinformado. Por quê? V. Exa. disse o seguinte: imagine um cidadão que vai sair de um tal município da região metropolitana e vai à Corregedoria da Polícia Civil para denunciar determinada coisa. Ninguém precisa ficar preocupado, achar que essa lei vai justamente agir na esfera do Direito Penal, na esfera criminal, ela não tem esse condão e nem pode, é competência exclusiva da União legislar sobre matéria criminal! Não podemos agir nessa esfera, não é competência dos legislativos estaduais agir nessa esfera.

O projeto de lei, Deputada Rosane, trata exclusivamente do plano administrativo, vou repetir, isso aqui não atinge as ações do Ministério Público! O Ministério Público, o que ele tiver em curso como procedimento investigatório, na esfera administrativa, vai continuar da mesma forma! Mesmo com aquele artigo 3º da lei, que eu não concordo com ele, mas isso não muda porque o Promotor age de ofício, ele não precisa instaurar o procedimento investigatório administrativo preliminar, ele não precisa receber nenhum tipo de denúncia formal, ele age de ofício. Ele é obrigado, inclusive em havendo uma suspeita sob determinado ilícito, agir!

Essa lei, na verdade age sobre o denunciismo que permeia, sim, quero dizer para a Deputada Rosane, a administração pública. V. Exa. poderá disputar a eleição do ano que vem e poderá até ser Prefeita do município de Araucária que sonha tanto. Vai verificar o que acontece: quando um funcionário se recusa a colocar um adesivo no carro não é uma denúncia, é um anúncio que ele deveria estar apoiando determinado candidato. O fato, Deputada Rosane, é que não é essa a natureza, me parece, a lei do

Deputado Traiano. O que ele pretende, na verdade, é criar o mínimo de sensatez e de respeito à Constituição Federal que trata da questão do anonimato.

Estamos vivendo no país um momento de subversão das funções. Estamos vendo o STF legislar, quando o STF devia, única e exclusivamente, estar dizendo o que é certo e o que é errado e ao mesmo tempo vemos o Legislativo mergulhado em uma crise ética e que não consegue achar um caminho para se contrapor e avançar nos grandes temas como a reforma política.

O Presidente Lula tinha razão quando disse que tinha que ter uma Constituinte exclusiva para fazer reforma política no Brasil, senão não sai reforma política nenhuma no nosso país.

Quero dizer ainda, hoje estamos votando a constitucionalidade desta lei. A lei é constitucional eu não tenho dúvida. Na minha esfera de competência, de análise, é constitucional. A lei pode ser melhorada? Pode e deve ser melhorada, sim. Temos que ter a capacidade de discutir essa lei e criar mecanismos que são garantidores de fatos que possam estar refletindo na administração pública de má versação ou coisa que valha, ou até de uma má ação de determinado servidor, mas que possa, de fato, ter uma apuração do fato.

Agora, o que tem ocorrido é um exagero absoluto no âmbito não só do Governo Estadual, da administração direta, indireta, mas dos municípios também. Você paralisa, muitas vezes, programas inteiros por conta de uma denúncia irresponsável. Se é um ilícito, esse ilícito não é inibido se for anônimo ou não. Por quê? Porque não podemos tratar ainda este tema.

Por isso, não tenho dúvida que esta Casa pode votar a constitucionalidade da lei e depois a lei pode e deve ser melhorada com as emendas, com o substitutivo geral que possa adequá-lo.

Tem na Corregedoria o sigilo da fonte. Criar, de fato, mecanismos garantidores da cidadania. Não tenho dúvida disso.

Agora, me recuso a não enfrentar o debate, a não fazer o processo de discussão, a não promover, de fato, o esclarecimento daquilo que é fundamental para mudar a sociedade que vivemos.

Quando V. Exa., Deputada Rosane, fala do planejamento familiar, sou católico, mas a Igreja Católica se recusou na década de 70 a discutir planejamento familiar. Hoje começa admitir, mas hoje não é mais suficiente. Quando usei controle da natalidade, sei bem a diferença de controle da natalidade e planejamento familiar. É um tema que a sociedade que é laica tem que discutir. Sou a favor da vida, mas que a sociedade tem que discutir. Sou a favor da vida, mas que o tema tem que ser discutido, tem. Mulheres de classe média e classe média-alta contratam os médicos e fazem os abortos e pagam por isso. E as mulheres pobres, ou têm as crianças nas piores condições, jogam as crianças nas latas de lixo, ou então perfuram o próprio útero e V. Exa. sabe disso, a placenta, fazem

os abortos, morrem. E a senhora sabe quantas mulheres morrem tomando Citotec e outros abortivos, por conta da irresponsabilidade de termos, de fato, uma política que possa garantir à mulher a saúde e a decisão da mulher em relação à questão do seu corpo.

Quero dizer a V. Exa. que não me recuso a enfrentar o tema. Acho que o tema é um tema atual, tem que ser discutido e tem que ser aprofundado, sem medo de que possamos, de fato, estar ferindo dogmas em relação a muitas questões de pessoas que tem visões muito atrasadas. Agora, um país com 183 milhões de habitantes e que cresce proporcionalmente na camada de baixa renda, temos que garantir às pessoas o direito de escolha. Penso que as mulheres têm que ter direito à escolha.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, só para dizer que vou votar favorável a esse projeto por uma única razão: a denúncia anônima, quando acontece de forma covarde como é feita por alguns segmentos, ela esculhamba a vida das pessoas. Quem já passou por isso sabe do quê estou falando. Infelizmente, temos alguns membros de alguns Poderes hoje, que se dão ao luxo, às vezes, como foi bem lembrado aqui, quando disse o Deputado Traiano, Deputado Dobrandino e outros Deputados, que alguns membros de alguns Poderes, em período de eleição, exageram, se tornando Juízes muitas vezes de casos que eles não poderiam nem ser acusadores. Mas eles se precipitam, porque muitas vezes do outro lado da eleição, tem outro amigo que está lá, que pode ferrar o outro, aí ele se propõe a essa sujeira que é propor uma denúncia que não tem pé nem fundamento.

Sr. Presidente, o caso do policial que estava à disposição do Prefeito Jocelito, quando Prefeito, colocado por esta Casa. O processo andou por todas as esferas, deu um desgaste emocional, criou um problema para todo mundo, criou alguma coisa muito grande e, agora, vemos lá em Brasília, o Procurador-Geral da República dizer que processo não tem cabimento, porque se trata de algo que a lei permite que um Prefeito possa ter alguém à disposição. Como todas as instituições têm.

Volto a perguntar: quem é que paga o prejuízo de uma denúncia que foi feita no momento político? Num momento para desgaste, num momento de pegar um Poder e transformar aquele Poder numa massa de manobra.

Costumo dizer que num passado muito recente, tinha alguns membros de alguns Poderes, Deputada Beti, que de madrugada, às vezes iam tomar uma água na geladeira e ao abrir a geladeira ligava a luz. Normal em qualquer geladeira. O elemento começava a dar entrevista pensando que era a Rede Globo que estava no ar. Mas não estava no ar, estava diante da sua geladeira.

É a euforia de dar a entrevista, de ir para a mídia, de fazer a denúncia, de atacar alguém. Essa é a realidade que temos no nosso país.

Por isso, a denúncia anônima, Sr. Presidente, deve ser tirada de lado. Se alguém tem alguma denúncia, se apresente e tenha coragem de fazer. O Ministério

Público vai ter todos os direitos se a Constituição assim lhe permitir.

Tem Padres, tem Bispos - tem gente que não gosta de falar de Padre. Não é para brigar com Padre, com Bispo. Brigo com todo mundo que tiver que brigar, com o Bispo se precisar, porque em todo lugar tem gente boa e tem gente ruim. Na Igreja Católica também. Eu também sou da Igreja Católica, que tem excelentes Padres, Bispos e tem também aqueles picaretas. Padres picaretas, Padres que mexem com criancinha, que fazem denúncia anônima, que enrolam a sociedade e Bispos malandros também. Bispos que se envolvem em trambicagem política, a mando às vezes de uma elite pobre, que comanda uma diocese. Isso acontece, temos que ser realistas.

A denúncia anônima não pode prosseguir. Sou tremendamente contra. Se alguém tiver uma denúncia para fazer, pegue documentos. Eu recebo denúncia anônima todo dia. Fulano pegou isso, fulano pegou aquilo, cheque não sei do quê. Se eu fosse colocar tudo isso no rádio, dava uma confusão. Uma denúncia - você que trabalha o direito principalmente do jornalismo - deve pegar a denúncia. Eu já aprendi: só faço uma denúncia, Sr. Presidente, quando tiver a resposta para a quarta denúncia da pessoa que eu for acusar. Tenho que ter a resposta para a resposta seguinte, mais uma. Quando a pessoa for responder a primeira, eu tenho a segunda para fazer, a terceira, a quarta, a quinta e tem que mostrar todos com documentos. Não da boca para fora.

Por isso, temos que ter a devida coragem de votar esse processo. Pretendo fazer uma emenda na sequência, para aqueles telefones que a população faz denúncia anônima para entregar os traficantes e coisa e tal, acho perfeito, isso não pode acabar.

Principalmente, Sr. Presidente, o Ministério Público vai continuar investigando, não proíbe, a Constituição dá o direito a qualquer membro do Ministério Público de pedir aquilo que pede.

O meu voto é a favor do projeto, por entender que o projeto não acaba com a investigação. Ele acaba com aqueles que abusam politicamente em período de eleição. Sempre no período de eleição que aparecem as denúncias. Agora estão com uma fita do Prefeito de Cascavel dizendo que lá dentro da Prefeitura não sei o quê. E o que tem a ver lá dentro da Prefeitura a história do Prefeito? Por que alguém pegou uma fita e colocou na internet? Deveria ser preso quem fez isso. Deveria ser preso quem fez a denúncia contra o Prefeito, deveria ser denunciado quem colocou isso, porque para mim é crime pegar uma fita que muitas vezes depois não tem procedência, joga-se o nome da pessoa e a pessoa paga depois.

Eu sei, porque quando Prefeito, só não fui chamado de 24, o resto me chamaram de tudo. Respondi por tudo, todos os dias tinha uma denúncia no Fantástico. E hoje cadê o Fantástico? Mudou de cenário, está bonito, mas não volta atrás para mostrar a verdade.

Infelizmente temos que acabar com os anônimos, os covardes, que muitas vezes estão enrustidos e não têm coragem de fazer algo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão. Para encaminhar, concedermos a palavra ao Deputado Eduardo Cheida.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, não tenho dúvidas que o Deputado Ademar Traiano teve e tem as mais conseqüentes e auspiciosas intenções com esse projeto. Talvez o Deputado Traiano queira, com esse projeto de lei, acabar com uma certa praxe que se instalou no Poder Público que é a praxe do denunciismo, ou seja, acho que eu vi, acho que se falou, assim por diante.

Acho que o denunciismo irresponsável, leviano, existe. Ele não vai ser combatido com um projeto de lei que estamos votando. Por isso, quero encaminhar contrariamente o meu voto a esse projeto de lei.

Primeiro dizer que esse projeto adentra a esfera penal dos inquéritos policiais, sim, uma vez que afirma que todo procedimento administrativo não poderá ser anônimo, e isso significa, no meu entendimento, uma colisão com a própria Carta Magna do país que é a nossa Constituição Federal.

Em segundo lugar ele tolhe, de maneira irreparável, a oportunidade que existe de se disciplinar determinadas ações dentro do Poder Público.

Vejam os senhores, imaginem por exemplo um funcionário terceirizado que vê o Secretário da pasta onde ele trabalha pegar o carro, dar uma voltinha com a namorada e é o carro da Prefeitura, do estado ou da união.

Esse cidadão, se tiver que para fazer essa denúncia entregar a carteira de identidade dele como quer o projeto de lei, de duas uma: ele não quer mais o emprego, porque vai ficar sem, vai ser colocado no olho da rua e aí ele não vai fazer a denúncia, porque não existe uma terceira posição.

O segundo caso, o servidor comissionado, que foi nomeado pelo Chefe e ali está no cargo, alimentando com o salário que ganha a sua prole, a sua família, e vê o Chefe dando um jeitinho, recebendo propina e fazendo toda sorte de falcaturas, que todos que me antecederam aqui querem inibir. Pergunto: esse cidadão vai denunciar o Chefe com a carteira de identidade, ou ele vai sair do trabalho, pedir demissão, até logo, não vai compartilhar com aquilo? Se for um cidadão honesto, obviamente, não fará a denúncia?

Isto e outras coisas, me parece que vedando o anonimato, estamos na verdade garantindo a impunidade e fortalecendo a corrupção. Isto tenho certeza que o Deputado Traiano não quer, mas seu projeto inexoravelmente vai levar a isto.

Mais do que isto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acredito que nossa Constituição Federal, quando diz que é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato, e é preciso nos lembrarmos que realmente, no artigo 54 da Constituição Federal, o anonimato

está vedado, pelas publicações, jornais, revistas e livros. Estes, sim, não podem ser anônimos. Mas ela não veda, em hipótese nenhuma, outras situações, assim como não veda o eleitor que entra na urna e mantém o sigilo do seu voto. Ou vamos querer que daqui a pouco acabemos com o voto secreto? Vamos, então, proibir ou coibir o voto que ocorreu dentro da urna. Sabemos quem entrou na urna, mas não sabemos qual foi seu voto. Amanhã ou depois vamos propor, aqui, o fim do anonimato do voto no interior da cabine de votação. Será que queremos isto?

Agora, é fundamental acabar com o anonimato, como acabou aqui a Assembléia Legislativa com o anonimato do voto secreto dos Deputados Estaduais. Como espero que acabemos com o anonimato do voto secreto no Brasil, como um todo. Como há 20 anos atrás, quando era Vereador ainda, o meu primeiro projeto de lei foi acabar com o voto secreto, porque somos representantes públicos e não temos esta primazia de esconder a nossa representação. Mas, enquanto eleitores, pessoalmente, cada um de nós, mesmo sendo representantes, temos que manter o anonimato na escolha dos nossos candidatos. Este é o voto secreto. Este é o espírito. Isto a Constituição Federal abriga, alberga, protege, mas não o voto, mas não o anonimato, para aquele que quer e tem o dever cívico de corrigir inverdades, de corrigir anormalidades.

O projeto, então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no meu entendimento tem vícios e me perdoe, respeito muito a nossa Comissão de Constituição e Justiça, mas tem vícios, que são vícios insanáveis, e estes são vícios formais. Obviamente, do ponto de vista do mérito, não há dúvida de que o projeto não alcança o fim desejado pelo autor, pelo Deputado Ademar Traiano.

Para encerrar, gostaria só de lembrar de um episódio recente que eu não vivi porque não era Deputado, mas muitos dos senhores viveram. A CPI do Narcotráfico, aqui, abrigou mais de 1.600 denúncias. E algumas delas tiveram conseqüências. Eu não fiquei sabendo de que algum tipo de denunciante tenha apresentado a carteira de identidade para poder denunciar. Quem diz que este projeto não alcança a esfera penal, está enganado. Mais uma vez, repito: todo procedimento administrativo não poderá ser anônimo, diz o projeto. Então, sem dúvida nenhuma, alcança a esfera penal. E pior: por alcançá-la, ele é inconstitucional, porque quem pode legislar sobre as questões penais é apenas a união e jamais os estados e municípios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra ao último orador inscrito, para encaminhar, Deputado Pastor Edson Praczyk.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Inicialmente quero reforçar e agradecer a decisão do Bloco Independente de liberar o bloco para que cada Parlamentar vote de acordo com o que entende como sendo o mais apropriado!

Quero também reforçar, até para não delongarmos mais o assunto, que estamos votando apenas a constitucionalidade, senão vamos postergar muito essa votação que já é para lá de polêmica. Então, retendo-me no aspecto da constitucionalidade, encaminho favoravelmente, caso contrário a CCJ tem que se encerrar, porque recebeu votação unânime, entendendo que há constitucionalidade na matéria.

Em terceiro, reforço o acordo com o Deputado Traiano e outros que mobilizam o Bloco Independente, que na 2ª discussão estaremos emendando esse projeto. Dessas emendas, destaco uma emenda supressiva, porque o artigo 3º, no meu entendimento, deve ser eliminado. E reforçando aquela condição que em 2ª discussão mantemos o nosso voto se porventura preservada for a denúncia e o órgão que recebeu a denúncia mantiver os dados do denunciante, para que posteriormente, caso a denúncia tenha sido maldosa e infundada, possa realmente ser responsabilizada da sua atitude precipitada, maldosa, etc.

E fazendo apenas o registro, a pedido do Deputado Traiano, que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná deu demonstração de avançar quando foi uma das Assembléias que adotou o voto aberto, não restringindo ou algemando a democracia e mantendo o voto fechado. Então, nisso temos também dado um excelente exemplo.

Era o que eu tinha a falar, Sr. Presidente! Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação o projeto.

Srs. Deputados que aprovam a 1ª discussão do Projeto de Lei nº 693/07, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. ELTON WELTER (PT)

Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Será procedida a verificação de votação.

Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

Trinta e um Srs. Deputados aprovam o projeto.

Srs. Deputados que rejeitam o projeto, queiram levantar-se. Oito Srs. Deputados rejeitam o projeto. Portanto, está **aprovado** em 1ª discussão.

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 611/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública, a Associação Beneficente de Brasilândia do Sul - ACBBS, com sede e foro no município de Brasilândia do Sul. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL **PROJETO DE LEI Nº 611/07** **A Assembléia Legislativa do** **Estado do Paraná**

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Brasilândia do Sul - ACBBS, com sede no município de Brasilândia do Sul e foro no município de Alto Piquiri.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.10.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 620/07, de autoria do Deputado Pedro Ivo, que declara de utilidade pública a Associação São Pedro dos Moradores de Faxinal dos Francos, com sede e foro no município de Rebouças. **Aprovado. (Publ. no DA nº 097/07, de 22/08/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 638/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública, a Associação dos Deficientes Físicos de Umuarama - ADEFIU, com sede e foro no município de Umuarama. **(Publ. no DA nº 101/07, de 29/08/07, em Projetos de Lei).**

Está em votação. **Aprovado.**

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Só para registrar com alegria a presença entre nós do eterno Vereador Beto Scafe, uma grande liderança popular, muito querido e muito amado em Londrina, nos visitando.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado. Seja bem-vindo nobre Vereador.

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 074/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública estadual o Grêmio Estudantil Cidade Nova - GECINO, com sede e foro no município de Campo Mourão. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 008/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que dispõe sobre as garantias trabalhistas dos Agentes Comunitários de Saúde no estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/07, de 26/02/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 008/07

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Fábio Camargo, tem por objetivo dispor sobre as garantias trabalhistas dos Agentes Comunitários de Saúde no estado do Paraná.

Fundamentação

A proposição está baseada na Lei nº 11350, publicada no Diário Oficial da União do dia 06 de outubro de 2006, que prevê que a categoria dos Agentes Comunitários de Saúde, e que não contavam com o reconhecimento do estado brasileiro, não possuindo assim direitos trabalhistas, passam a ser enquadrados no regime da CLT, com vínculo funcional sob a responsabilidade das prefeituras e dos governos estaduais das regiões em que atuam:

Art. 2º O exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias, nos termos desta lei, dar-se-á exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, na execução das atividades de responsabilidade dos entes federados, mediante vínculo direto entre os referidos Agentes e órgãos ou entidade da administração direta, autárquica ou fundacional.

Art. 8º Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias admitidos pelos gestores locais do SUS e pela Fundação Nacional de Saúde FUNASA, na forma do disposto no parágrafo 4º do artigo 198 da Constituição Federal, submetem-se ao regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, salvo se, no caso dos estados, do distrito federal e dos municípios, lei local dispuser de forma diversa.

A Lei nº 11350 possibilitou que a profissão de Agente Comunitário de Saúde passasse a existir juridicamente. Mas ela carece de complementação regulatória, pois muitos agentes continuam às margens do sistema, como é o caso dos profissionais que estão em atividade no Paraná.

Conclusão

Assim, diante dos motivos expostos, em face da legalidade e constitucionalidade opina-se pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 11.09.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 008/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 008/07, em análise, de autoria do Deputado Fábio Camargo, dispõe sobre as garantias trabalhistas dos Agentes Comunitários de Saúde no Estado do Paraná.

A referida proposição visa assegurar direitos trabalhistas aos Agentes Comunitários de Saúde, valorizando a profissão, de relevante caráter social, tendo em vista as suas atividades são ligadas à prevenção de doenças e promoções da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, atingindo principalmente as camadas mais pobres da sociedade.

Diante do exposto, manifestamos parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.10.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 536/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que concede título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Manoel Jacó Garcia Gimenes. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/07, de 01/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 536/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado de autoria do Deputado Douglas Fabrício, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Manoel Jacó Garcia Gimenes, conhecido profissionalmente por Professor Jacó Gimenes.

O presente projeto é constitucional, uma vez que não fere dispositivos da Constituição no que diz respeito à competência legislativa concorrente entre união, estados e distrito federal.

O projeto é legal, pois está amparado pela Lei nº 13115, alterada pela Lei nº 14677/05 que, em seu artigo 2º, determina:

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

§ 1º Cada partido político poderá representar até 8 (oito) títulos de Cidadão Honorário ou Benemérito, à sua escolha, por legislatura.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, e não havendo óbices de natureza constitucional, regimental, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Solicito aos Srs. Deputados que respondam a chamada nominal. Vai se proceder a chamada nominal para o item 7, discussão do título de Cidadão Honorário. Os Deputados que forem favoráveis ao projeto, por gentileza votem com a expressão SIM; os Deputados que forem contrários, com a expressão NÃO. Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Alexandre Curi**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

Sr. Presidente, 42 Deputados votaram SIM.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta **aprovado** o Projeto nº 536/07.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 579/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, fica instituído o dia 20 de novembro como o Dia Estadual da Consciência Negra. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDDMCA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 091/07, de 13/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 579/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Fábio Camargo, tem como escopo instituir o Dia Estadual da Consciência Negra, a ser comemorado anualmente no dia 20 de novembro.

Fundamentação

Primeiramente, verifica-se que no que tange à iniciativa legislativa para a proposição do projeto em tela, não há óbice constitucional, uma vez que não há vedação legal e nem trata de matéria elencada pelo artigo 66 da Constituição Estadual como de competência privativa do Governador do Estado.

Ademais, o artigo 25, parágrafo 1º, da Constituição Federal determina:

Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios dessa Constituição.

§ 1º São reservadas aos estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

Verifica-se ainda, que a Constituição Federal, ciente da importância da instituição de datas comemorativas como meio de difusão da cultura nacional, autorizou sua fixação por meio de iniciativa legislativa.

Art. 215. O estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso as fontes de cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais;

(...)

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Como não é vedada, conseqüentemente é autorizada pela Constituição Federal, visto que não há nenhuma disposição contrária a tal matéria, nem em âmbito constitucional e nem âmbito infraconstitucional.

Quanto à técnica legislativa utilizada, verifica-se que o projeto de lei em questão está em perfeita conformidade com o estabelecimento pela Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Diante do acima exposto e tendo em vista o pleno atendimento aos ditames legais e constitucionais concernentes à matéria em tela, esta comissão opina pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 19.09.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

MAURO MORAES - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA PROJETO DE LEI Nº 579/07

P A R E C E R :

Para análise dessa comissão o Projeto de Lei nº 579/07, institui o dia 20 de novembro, como Dia Estadual da Consciência Negra.

A competência da presente comissão consta do artigo 33 do Regimento Interno.

VIII - À Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania e de Defesa do Consumidor compete manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, regulamentação ou extinção de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e a cidadania, especialmente os *instituídos pelo artigo 5º da Constituição Federal, bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do estado que atendam ou defendam os direitos humanos; manifestar-se sobre proposições e assuntos relativos à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas a violação dos direitos do consumidor.*

A proposição sob análise, além de instituir o Dia da Consciência Negra, determina que na segunda quinzena de novembro deve ser divulgada a cultura negra, através de diversas atividades.

Por outro lado, é preciso destacar que já existe uma lei federal tornando obrigatório o ensino de cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas e privadas de todos os estados brasileiros. Trata-se da Lei Federal nº 10639/03, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e determina o ensino durante todo o ano letivo e não apenas por ocasião de uma data comemorativa.

É importante que as ações propostas pela presente proposição não busquem registrar o momento como período de comemorações, mas de reflexão e resgate da cidadania de segmento da sociedade que foi vítima das crueldades da tirania imperialista.

Os negros foram vítimas do interesse econômico e imperialista no início de nossa história, mas ainda hoje continuam sendo vítimas de preconceitos e de todas as formas de racismo.

É também com o sentido de resgate da dignidade e cidadania que foram instituídas as cotas nas universidades públicas.

É fundamental a adoção de políticas afirmativas como forma de inclusão social e promoção da igualdade.

É certo que este projeto não cumpre todas as demandas mas é mais uma medida.

Por todo o exposto e por estarem presentes os requisitos formais e materiais, a proposição pode seguir sua tramitação regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.10.07

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente

TADEU VENERI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 025/07, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a conscientização sobre a importância da redução de consumo, reutilização e reciclagem de materiais utilizados na Assembleia Legislativa do Paraná e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 100/07, de 28/08/07, em Projetos de Resolução).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 025/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Resolução nº 025/07, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, intenta dispor, no âmbito da Assembleia Legislativa do Paraná, sobre a conscientização da importância da redução do consumo, reutilização e reciclagem de materiais utilizados, incluindo esta Casa de Leis dentre as instituições que contribuem com a preservação ambiental.

Fundamentação

A Constituição Estadual prevê a capacidade de auto-administração do Poder Legislativo, o qual detém a competência privativa para dispor sobre assuntos relacionados

com sua organização interna, bem como para elaborar seu próprio Regimento Interno, a saber:

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa do Paraná:

II - elaborar o Regimento Interno

III - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para a fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias. (grifo nosso)

Dentro da competência que foi relegada constitucionalmente ao Poder Legislativo, portanto, elaborou-se o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná, que estabelece as formas de atuação legislativa, prevendo expressamente a existência dos projetos de resolução:

Art. 121. A Assembleia exerce a sua função legislativa por via de projetos de lei, resoluções ou de decretos legislativos. (grifo nosso)

A seguir, melhor explica acerca dos projetos de resolução, elucidando as hipóteses em que deverá ser utilizado:

Art. 121.

§ 2º Os projetos de resolução destinam-se a regular matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre os quais deva a Assembleia pronunciar-se, exclusivamente em casos concretos, tais como:

II - matéria de natureza regimental. (grifo nosso)

Desse modo afere-se a legitimidade da presente propositura, uma vez que trata-se de matéria eminentemente administrativa, cuja competência recai sobre esta Casa de Leis, pois está inserta dentro do poder que detém auto-regulamentar-se.

Finalmente, no que concerne à técnica legislativa utilizada na elaboração do projeto, verifica-se que foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Tendo em vista o acima exposto, e diante da legalidade e conformidade do projeto ora em análise com o Regimento Interno desta Casa de Leis, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 02.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

MAURO MORAES - Relator

Antes da leitura de requerimentos, quero comunicar que a Assembleia Legislativa, amanhã, terá duas Sessões: uma Ordinária, às 10h da manhã neste plenário, e às 19h30 uma Sessão Especial em Pato Branco.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2963, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Retirado pelo autor.

Requerimento nº 2964, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Retirado pelo autor.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Peço ao Deputado Romanelli que retire o regime de urgência, pois certamente vai tramitar normalmente.

Vejo o projeto do Fundo Rotativo do DETRAN, que acho excelente. Mas não vejo a necessidade do regime de urgência. Por quê? Porque amanhã teremos CCJ e discutiremos a sua constitucionalidade. Depois virá para o plenário para emendarmos.

Sou favorável ao projeto, mas não há necessidade de fazer em regime de urgência.

Deputado Romanelli, acredito que V. Exa., com todo respeito à sua assessoria, é induzido por alguém pela síndrome do regime de urgência.

Se V. Exa. retirar o regime de urgência darei a minha contribuição para que esse projeto tramite o mais rápido possível. Caso contrário, V. Exa. não votará antes de 15 dias esse projeto, porque vou encaminhar até projetos de declaração de utilidade pública.

Por esta razão, peço a V. Exa. que é um homem inteligente, competente, de bom senso, vamos encaminhar normalmente.

Quando for quinta-feira da semana que vem estará aprovado e será atendida a vossa vontade.

Essa síndrome do regime de urgência me irrita, porque, Deputado Nelson Justus, é a normalidade da tramitação do projeto que gera debate nesta Casa. A urgência tira toda a legitimidade da ação do Parlamentar.

Deputado Romanelli, pessoalmente não consegui convencê-lo, estou aqui justificando o meu pedido, senão a hora que este projeto entrar na pauta, Deputado Nelson Justus, não quero que comecem a olhar no horário porque eu vou comprar um garrafão de água mineral, vou colocar ali do lado, com uma torneirinha, um tamborzinho, com uma mangueirinha, e vou ficar até meia-noite. Um dia, o Deputado Romanelli vai me ouvir e vai entender o meu pedido.

Obrigado, Sr. Presidente, desculpe, mas Fundo de Aval do DETRAN, o que eu entendi deste projeto? Claro que no decorrer do debate pode ter um outro entendimento, eu entendi que é igual o Fundo Rotativo das escolas públicas estaduais. Acho isso excelente, porque o DETRAN vai ter um recurso pequeno para que, de repente, uma mangueira, uma caixa d'água, uma telha, a parte elétrica, deu problema, conserta, senão a centralização gera problema administrativo, corrupção e outras coisas mais.

Então, sou favorável ao projeto. O que eu não sou favorável, a minha idade não permite mais isso, é esta síndrome do regime de urgência.

Tenho certeza que o Deputado Romanelli entendeu o que eu, este simples Parlamentar, está falando. Obrigado, pela atenção dispensada a este pobre Líder da Oposição.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Olha, sinceramente, o Deputado Valdir Rossoni me venceu aqui pelos argumentos, porque de fato o apelo que ele faz é um apelo que não tenho como não retirar os 2 requerimentos de pedidos de urgência, até porque

V. Exa. sabe que quero manter a oposição sempre o melhor entendimento. Então, quero publicamente retirar.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Estão retirados os 2 pedidos de regime de urgência.

Os meus cumprimentos aos 2 Líderes.

Requerimento nº 2967, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Queria convidar a todos os Parlamentares que aqui estão e todas as equipes dos gabinetes dos Srs. Deputados, a APASDE - Associação das Esposas dos Deputados, está trazendo um curso de capacitação inédito no Paraná e no Brasil. Todos temos problemas com o cerimonial, normalmente, nos nossos municípios. Toda obra, por mais bonita que seja, no momento da inauguração, se o cerimonial erra, acaba com todo o ensejo e com todo o brilho. Por isso, a APASDE está fazendo, agora, nos dias 18 a 20 deste mês, com um custo simbólico, trazendo a diplomata Maria Silva Bardin Laurindo, Conselheira do Itamarati, mais a Embaixatriz Solange Greco da Fonseca, que é professora do Instituto Rio Branco dos Diplomatas em Brasília.

Isso vale para todos os municípios do Paraná, isso eu falo para todos os Prefeitos e Deputados municipalistas que aqui estão, duvido alguém que não tenha tido um problema com cerimonial nas suas cidades, duvido alguém que não tenha tido e não venha a ter, com certeza, no futuro. Por isso, estamos convocando todos os Parlamentares, suas equipes de gabinetes, eu vou mandar a minha equipe de gabinete, todos os nossos Prefeitos estão mandando, é uma parceria com a APASDE, com o Governo do Estado do Paraná, com a Itaipu Binacional, com a Secretaria da Cultura e com todas as entidades ligadas à Associação dos Municípios do Paraná.

Aproveitando a oportunidade, Sr. Presidente, queremos afirmar que a COPEL entregou os documentos e vai disputar o leilão das rodovias amanhã. Ela conseguiu concluir a documentação que, mesmo com a liminar da semana passada que teriam derrubado até a possibilidade do leilão de amanhã das rodovias do Brasil, principalmente a região sul, ela conseguiu se habilitar e participará amanhã do leilão das rodovias.

Seria isso. Queria agradecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Transmita os nossos cumprimentos à Presidente da APASDE.

Requerimentos nºs 2968 e 2969, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2971, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2977, de autoria do Deputado Luiz Malucelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2983, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2987, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2988, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2989, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 09, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 332 e 663/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 008, 536, 579 e 693/07 e do Projeto de Resolução nº 025/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 228 e 376/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 139/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1617/05, datado de 22 de março de 2005, apenso ao de nº 5980/04, datado de 23 de agosto de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

retificar o Ato da Comissão Executiva nº 369/05, publicado no Diário da Assembléia do dia 10 de agosto de 2005, que passará a constar nos seguintes termos; conceder aposentadoria, por invalidez, a EDELBERTO TORTATO, matrícula nº 40947, funcionário desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, nível NAA-11,

conforme Resoluções 007/04 e 009/05, com proventos integrais com base na remuneração do cargo que ocupa, incorporando as vantagens que faz jus, três (03) adicionais, de acordo com o artigo 171 da Lei nº 6174/70 calculados pela média aritmética das maiores remunerações a partir de julho de 1994, nos termos do artigo 40 parágrafo 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 041/03 e artigo 1º, parágrafo 1º da Lei Federal nº 10887/04, resultando em cálculos de proventos de folhas 53, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas da Casa.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 726/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa, reunida na sala de reuniões do Gabinete da Presidência, secretariada pelo Diretor Geral desta Casa, de acordo com o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, inciso XIV do Decreto Legislativo nº 052/84, para discutir sobre os autos do processo, já findo e à espera de Homologação, da Concorrência nº 002/06 - ALEP, autorizada pelo Ato da Comissão Executiva nº 171/06, cujo objeto é a construção das novas instalações de obras civis, elétricas, mecânicas, hidráulicas, incêndio, lógica e telefônica do prédio destinado a abrigar as Salas de Comissões, Gabinetes de Deputados, Departamentos Médicos, Lideranças Partidárias e Estúdio de Gravação para a TV Assembléia, denominado Anexo II.

Após o criterioso exame de todo o processo, concluiu que a finalidade a qual se destina o objeto da concorrência já está, momentaneamente, solucionado com o remanejamento nos prédios já existentes, de forma que não se constitui em interesse primordial e imediato a construção de novas instalações.

Considerando que o recurso orçamentário que fora destinado para aquela obra será aplicado para atender as urgentes necessidades para possibilitar as novas reformas e adequações das diretrizes que serão adotadas por esta comissão.

R E S O L V E :

1º - revogar a concorrência nº 002/06 - ALEP, para a construção do Anexo II, pelos motivos acima apresentados.

Publique-se, em 20.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 137/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

I - exonerar, a pedido, CLAUDIO MARQUES DA SILVA, matrícula nº 40040, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Diretor Adjunto da Diretoria de Pessoal, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

II - exonerar, a pedido, CINTHIA BEATRIZ FERNANDES LUIZ MOLINARI, matrícula nº 40392, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, de Diretora da Diretoria de Pessoal, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 138/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

I - prover CLAUDIO MARQUES DA SILVA, matrícula nº 40040, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, de Diretor da Diretoria de Pessoal, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

II - prover CINTHIA BEATRIZ FERNANDES LUIZ MOLINARI, matrícula nº 40392, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Diretoria Adjunta da Diretoria de Pessoal, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 407/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover SUZANA NIEVINSKI CASTRO, para exercer cargo em Comissão, junto a Coordenadoria da Gráfica, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 408/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MICHELE CRISTINE GROSSE, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 409/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover JULIANA RODRIGUÊS BRASILEIRO, para

exercer cargo em Comissão, junto a Coordenadoria da Gráfica, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 629/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, SIDNEIS SALAZAR, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Paulo Campos, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 683/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 0504, datado de 26 de janeiro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, IVANO FERREIRA DA SILVA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Paulo Campos, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 748/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover SAMIR SAAD, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 852/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover JOSEANI MARIA FIRMO AMARAL, para exercer cargo em Comissão, junto a Coordenadoria da Gráfica, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 853/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover CREUZA BARBOSA SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 954/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, RODRIGO SOPPA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Professor Luizão, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 957/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover RAFAELA RONSANI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Professor Luizão, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1373/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover SERGIO FURQUIM FILHO, para exercer cargo em Comissão, junto a Diretoria Geral, a partir de 01 de agosto de 2006.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.08.06.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1644/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, FABIANA MARIA VASCONCELLOS MARQUES, do cargo em Comissão, da Presidência, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1668/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7378, datado de 17 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover TATIANA WITCHEMICHEN AGIBERT, para exercer cargo em Comissão, junto a Liderança do PMDB, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1762/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover TAIS SERAFIM SOUZA DA COSTA, para exercer cargo em Comissão, junto a Diretoria Geral, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1907/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9027, datado de 31 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover CLORI DE OLIVEIRA GBUR, para exercer cargo em Comissão, junto a Diretoria Geral, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1908/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9567, datado de 18 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover EDNA MARIA DA ROSA JANKOSKI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Duílio Genari, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1909/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9026, datado de 31 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover PIERRE JOSE GBUR, para exercer cargo em Comissão, junto a Diretoria Geral, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1910/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9128, datado de 04 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JORGE DE JESUS LOPES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1911/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, PAULO ORTIZ LEMES, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1912/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9597, datado de 18 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover PAULO ORTIZ LEMES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 28 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1913/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9620, datado de 18 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JOAQUIM RODRIGUES DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Claudio Romanelli, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1914/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9570, datado de 18 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover EDAMIL CELESTE RODRIGUES, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1915/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9218, datado de 05 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover OSÓRIO VALTER PIETRANGELO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Accorsi, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1916/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo

em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9352, datado de 11 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ARTEMIO LEOPOLDINO, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS5, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Fernandes Litro, deste Poder, a partir de 01 de setembro de 2007, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1917/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, LIDINEI TEREZINHA MARCONDES, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1918/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9252, datado de 05 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover LIDINEI TEREZINHA MARCONDES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1919/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MARCELO DE SOUZA BOEIRA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Mauro Moraes, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1920/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8475, datado de 20 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MARCELO DE SOUZA BOEIRA, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS5, junto ao Gabinete do Deputado Mauro Moraes, deste Poder, a partir de 01 de setembro de 2007, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1921/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9595, datado de 18 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover WAGNER FERNANDO VOSCH, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1922/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9697, datado de 19 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover CARLA ROBERTA SILVEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1923/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9674, datado de 18 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover IVONE MAIA BAROTO, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-2, junto ao Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, deste Poder, a partir de 01 de setembro de 2007, ficando a mesma autorizada a prestar serviços de Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1924/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9632, datado de 18 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover SUELENA TEREZINHA PIEKARSKI CLAUDINO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1925/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9592, datado de 18 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MARCELO ERONI PELANDA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1926/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9590, datado de 18 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover FABRÍCIO PASSOS AZEVEDO, para exercer cargo em Comissão, símbolo 04-C, junto ao Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, deste Poder, a partir de 28 de setembro de 2007, ficando o mesmo autorizada a prestar serviços de Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu

vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1927/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, SABRINA APARECIDA DA SILVA DENOVA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Luiz Claudio Romanelli, a partir de 01 de setembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1928/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9624, datado de 18 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover SABRINA APARECIDA DA SILVA DENOVA, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-5, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Claudio Romanelli, deste Poder, a partir de 01 de setembro de 2007, ficando a mesma autorizada a prestar serviços de Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Atas de Comissões

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO

16ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Ribas Carli Filho. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 188, 288, 569, 588, 589 e 591/07, e ao Projeto de Resolução nº 021/07, que foram, aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior

Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) RIBAS CARLI FILHO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
16ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 336 e 544/07, que foram, aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
16ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 55ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Professor Luizão apresentou redação final aos Projetos de Lei nº 461/07 e ao Projeto de Resolução nº 026/07, o Deputado Teruo Kato ao Projeto de Lei nº 471/07 e o Deputado Ribas Carli Filho aos Projetos de Lei nºs 195/07, 441 e 447/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
16ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Ribas Carli Filho apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 223/07, que foi

aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
16ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 221 e 567/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
16ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 58ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Professor Luizão apresentou redação final aos Projeto de Lei nº 564/07, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
16ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 679/07, que

foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

16ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 470, 482, 507, 552, 582/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

16ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 015, 168 e 169/07 (anexados) e 389/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

16ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a

Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Professor Luizão apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 440, 537, 539, 609, 627 e 634/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) TERUO KATO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

16ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Teruo Kato. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final ao Projeto de Resolução Lei nº 027/07, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) TERUO KATO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

16ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Osmar Bertoldi apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 353, 397, 533, 535 e 570/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

